

Amazonas
Distribuidora de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone 55 (92) 2123-2350, Fax 55 (92) 2123-2367
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da
Amazonas Distribuidora de Energia S.A
Manaus - AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a reversão do passivo correspondente ao valor do ICMS que havia sido reembolsado pela CCC-ISOL nos anos de 2004 a 2008, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.100.499 mil. Entretanto, em nossa opinião, como tratava-se de uma decisão em primeira instância e não haviam sido atendidos os critérios para o desreconhecimento da referida obrigação, em 31 de dezembro de 2014, o passivo não circulante e o passivo a descoberto estavam apresentados a menor em R\$ 1.100.499 mil e o prejuízo do exercício findo naquela data a menor em R\$ 39.009 mil. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia obteve decisão favorável em segunda instância e, em função dos fundamentos jurídicos agregados a este fato novo, passou então a atender aos critérios contábeis para o desreconhecimento da obrigação. Portanto, caso a provisão tivesse sido registrada no exercício de 2014, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 seria aumentado em R\$1.100.499 mil. Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Créditos a receber da Conta de Compensação de Combustíveis - CCC

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, pelo fato da Companhia possuir, em 31 de dezembro 2015, créditos a receber da CCC no montante de R\$ 1.480.662 mil, sendo que a realização deste saldo depende, em última instância, de transferência de recursos oriundos do Fundo Setorial CDE. A Administração da Companhia não espera incorrer em perdas nestes montantes.



Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia tem apurado prejuízos continuamente em suas operações e apresenta em 31 de dezembro de 2015 prejuízos acumulados no montante de R\$ 8.971.348 mil, patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 4.363.598 mil e prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 2.344.048 mil. Adicionalmente, a concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia expirou em 7 de julho de 2015. Entretanto, a concessão permanece válida pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização pelas licitações que precederão a outorga da concessão que a substituirá, prazo esse que não será inferior a 24 meses. O termo aditivo tem prazo até 26 de julho de 2016 para assinatura. Essas condições, juntamente com a dependência financeira de sua controladora, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos


Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para as companhias fechadas que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Manaus, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM


Rosane Palharim
Contadora CRC SP220280/O-9


Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	NOTAS	31.12.2015	31.12.2014
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	68.251	62.606
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	6	117.122	131.715
Clientes	7	474.440	436.063
Tributos e contribuições sociais	8	10.506	27.099
Cauções e depósitos judiciais	24	-	12.315
Direito de ressarcimento	10	1.812.076	2.523.243
Estoques	9	117.823	103.542
Ativo financeiro	11	109.237	89.882
Outros	12	514.549	579.971
		3.224.004	3.966.436
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Clientes	7	67.756	78.774
Tributos e contribuições sociais	8	2.365.377	2.100.973
Cauções e depósitos judiciais	24	296.285	338.333
Direito de ressarcimento	10	4.350.275	2.959.326
Ativo financeiro - concessões de serviço público	14	1.941.014	3.024.112
Outros	12	-	9.072
		9.020.707	8.510.590
Investimentos	13	206.473	12.938
Intangível	15	181.298	620.842
Imobilizado	16	1.270.216	1.376.407
		1.657.987	2.010.187
TOTAL DO ATIVO		13.902.698	14.487.213

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

(continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	NOTAS	31.12.2015	31.12.2014
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	18	5.168.720	2.439.763
Empréstimos	19	141.777	646.856
Arrendamento mercantil	20	132.972	74.507
Tributos e contribuições sociais	21	69.184	52.290
Encargos setoriais		-	3.072
Obrigações estimadas	22	32.632	58.707
Passivo financeiro	11	19.288	292
Outros	23	107.038	124.500
		5.671.611	3.399.987
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	18	7.648.126	7.326.768
Empréstimos	19	1.185.389	1.517.563
Arrendamento mercantil	20	1.119.183	1.252.153
Benefício pós emprego		921	1.321
Provisões para causas judiciais	24	316.138	341.313
Obrigações de ressarcimento	10	2.150.827	2.208.959
Outros	23	174.101	458.530
		12.594.685	13.106.607
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>			
Capital social	26	4.610.171	4.610.171
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.421)	(2.253)
Prejuízos acumulados		(8.971.348)	(6.627.299)
		(4.363.598)	(2.019.381)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		13.902.698	14.487.213

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	NOTAS	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	2.620.767	3.610.036
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com Energia Elétrica	28	(1.685.067)	(1.336.890)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.685.067)	(1.336.890)
Custo de Operação		(1.106.433)	(1.333.327)
Pessoal, material e serviços de terceiros	29	(417.907)	(448.564)
Depreciação e amortização		(147.705)	(268.655)
Utilização de recursos hídricos		(4.200)	(7.197)
Combustível para produção de energia elétrica		(3.828.978)	(4.354.645)
Recuperação de despesas - CCC		3.798.015	4.165.664
Outros	30	(505.658)	(419.930)
Custo de construção		(281.452)	(389.912)
LUCRO BRUTO		(452.185)	549.907
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	31	(439.947)	320.676
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(892.132)	870.583
RESULTADO FINANCEIRO	32	(1.210.594)	(1.218.442)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(2.102.726)	(347.859)
RESULTADO INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	33	(241.322)	5.125
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(2.344.048)	(342.734)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE
OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Prejuízo do exercício	<u>(2.344.048)</u>	<u>(342.734)</u>
Ganho/Perda atuarial com benefícios pós emprego	<u>(168)</u>	<u>156</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(2.344.216)</u></u>	<u><u>(342.578)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 01 de janeiro de 2014	<u>4.610.171</u>	<u>(2.409)</u>	<u>(6.284.565)</u>	<u>(1.676.803)</u>
Ganho/ Perda atuarial com benefícios pós-emprego	-	155	-	155
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(342.734)</u>	<u>(342.734)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>4.610.171</u>	<u>(2.254)</u>	<u>(6.627.299)</u>	<u>(2.019.382)</u>
Ganho/ Perda atuarial com benefícios pós-emprego	-	(168)	-	(168)
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.344.048)</u>	<u>(2.344.048)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>4.610.171</u>	<u>(2.422)</u>	<u>(8.971.347)</u>	<u>(4.363.598)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	Notas	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(2.344.049)	(342.734)
Ajustes p/ reconciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas operações			
Depreciação e amortização		159.851	281.560
Encargos financeiros Empréstimos e Financiamentos	32	232.506	232.547
Encargos financeiros não pagos de Fornecedores		1.257.757	-
Variação monetária e cambial líquida		(11.887)	(925)
Acréscimo moratório sobre energia vendida	32	(55.093)	(42.334)
Atualização monetária da selic		-	8.289
Atualização monetária dos depósitos judiciais		-	(59.629)
Baixa de depósitos judiciais		-	43.682
Encargos financeiros do arrendamento financeiro	32	273.391	279.717
AVP - Avaliação atuarial		(1.322)	(636)
Resultado da Equivalência Patrimonial	33	241.322	(5.125)
Ganho com Participação Societária		1.884	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	31.1	133.215	(4.293)
Constituição de provisão para causas judiciais	31.2	47.332	(7.421)
Baixa de ativo financeiro concessão		-	21.870
Baixa de ativo intangível	15	20.375	5.489
Baixa de ativo imobilizado		-	-
Baixa de investimento		-	-
Valor Novo de Reposição - VNR	13	(151.140)	(374.581)
Provisão para perdas em estoque	9	9.568	9.812
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de créditos tributários (Impairment)	31.3	-	(83.148)
Provisão (reversão) para perda de créditos tributários	31.2	479	8.645
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)	31.3	-	(300.306)
		(185.811)	(329.521)
Variações no Ativo Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários		14.593	(131.715)
Clientes		(116.499)	(17.095)
Estoques		(27.726)	28.027
Tributos e contribuições sociais		16.593	6.964
Direito de ressarcimento		711.167	7.672.048
Ativos regulatórios - OCPC 08		(19.355)	(89.882)
Outros		74.056	(426.140)
		652.829	7.042.207
Variações no Ativo Não Circulante			
Clientes		11.018	(25.155)
Tributos e contribuições sociais		(269.112)	(276.609)
Direito de ressarcimento		(163.322)	(2.959.326)
Outros		-	(1)
		(421.416)	(3.261.091)
Variações no Passivo Circulante			
Fornecedores		1.581.055	(2.401.241)
Obrigação de ressarcimento		-	(7.783.701)
Arrendamento mercantil		58.465	7.342
Tributos e contribuições sociais		16.894	(10.937)
Encargos setoriais		(3.072)	3.072
Obrigações estimadas		(14.813)	10.679
Benefício pós emprego		167	(1.022)
Passivos Regulatórios - OCPC 08		18.996	292
Outros		8.659	(724.312)
		1.666.351	(10.699.828)
Variações no Passivo Não Circulante			
Fornecedores		(936.398)	6.727.137
Obrigação de ressarcimento		(58.132)	191.247
Arrendamento mercantil		(406.361)	(354.225)
Provisões para causas judiciais		(25.352)	75.119
Obrigações estimadas		-	(4.849)
Benefício pós emprego		(166)	751
Obrigações especiais - ativo financeiro concessão		124.695	84.316
Obrigações especiais - ativo intangível		1.918	144
Outros		68.649	434.640
		(1.231.147)	7.154.280
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais			
Pagamento de encargos financeiros		(73.283)	(173.409)
Depósitos judiciais		26.823	(64.488)
		434.346	(531.850)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Outros Investimentos		(41)	(136)
Aquisição de Ativo financeiro - concessão		(282.611)	(385.457)
Aquisição de ativo imobilizado		(9.379)	(8.158)
Aquisição de ativo intangível		(6.540)	(12.128)
Aquisição de ativo intangível - concessão		(7.900)	(1.819)
CAIXA LÍQUIDO APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(306.471)	(407.698)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Incorporação de Encargos		3.705	-
Empréstimos e financiamentos obtidos		-	1.462.326
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(125.935)	(544.828)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(122.230)	917.498
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.645	(22.050)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		62.606	84.656

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2015 E 2014
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

DESCRIÇÃO	NOTAS	2015	2014
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		3.390.366	4.298.478
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	27	3.393.910	4.296.699
Outras Receitas		(3.544)	1.779
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		-2.574.763	-1.650.158
Custo da energia elétrica comprada		(1.685.068)	(1.336.890)
Serviços de terceiros		(246.365)	(248.606)
Material		(35.419)	(37.435)
Combustíveis p/produção de energia elétrica		(3.828.978)	(4.354.645)
Recuperação de Despesa - CCC		3.798.015	4.165.664
Custo de construção		(281.452)	(389.912)
Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)	31.3	-	300.306
(Provisão) Reversão para perda de créditos tributários		(479)	74.503
Provisão para perdas em estoque		(9.568)	(9.812)
Valor Novo de Reposição - BRR		151.140	374.581
Outros		(436.589)	(187.912)
VALOR ADICIONADO BRUTO		815.603	2.648.320
RETENÇÕES		-343.265	-327.504
Depreciação e amortização		(159.852)	(281.560)
Provisões/Reversão de provisões		(183.413)	(45.944)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		472.338	2.320.816
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		807.072	291.191
Receitas financeiras		807.072	291.191
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.279.410	2.612.007
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho		257.338	272.775
Governos (Impostos e contribuições)		800.709	738.879
Contribuições Sociais INSS e FGTS		76.142	83.636
ICMS	27	379.559	306.691
ISS	27	(10)	196
COFINS e PIS/PASEP	27	345.018	348.356
Financiadores		2.516.835	1.911.667
Encargos de dívidas, variação monetária e outros		2.258.987	1.504.507
Aluguéis		257.848	407.160
Encargos setoriais		48.576	31.420
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(2.344.048)	(342.734)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		1.279.410	2.612.007

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Amazonas Distribuidora de Energia S/A - ("Companhia", "Amazonas Energia" ou "AmE") é uma sociedade de capital fechado, de direito privado, subsidiária integral das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, situada no Estado do Amazonas, tendo atuado até 30 de junho de 2015 de forma verticalizada, ou seja, explorando as atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Sua sede está localizada na Avenida Sete de Setembro, nº 2.214, Cachoeirinha - Manaus - Amazonas.

A Companhia detém a concessão para exploração de serviços públicos de: (i) distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 20/2001, celebrado em 21/03/2001; e (ii) geração e transmissão de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 001/2010, celebrado em 22/06/2010, este sendo aditado pela ANEEL a fim de regularizar suas outorgas e (iii) quatro termos aditivos celebrados, respectivamente, em 17 de outubro de 2005, em 04 de novembro de 2008, em 08 de junho de 2010 e 10 de dezembro de 2014, vigente até 7 de julho de 2015 (Distribuição).

A partir de 01 de julho de 2015, com a conclusão do processo de desverticalização, que consistiu na segregação dos ativos e passivos de geração e transmissão da capital das atividades de distribuição de energia, a Companhia ficou autorizada pela ANEEL a explorar o negócio de distribuição de energia no Estado do Amazonas e a geração distribuída em 103 sistemas isolados no interior do Estado, mantendo uma capacidade de geração própria de 283 MW*.

A Companhia com o objetivo de manter os serviços de fornecimento de energia elétrica de forma adequada com níveis de continuidade e confiabilidade técnico-operacional satisfatórios e em conformidade com as exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mantém contrato com diversas empresas, comprando energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, além de locar grupos geradores operantes nas usinas do interior de forma a evitar racionamento e acarretar prejuízos aos consumidores.

Cabe destacar que a Companhia atua em uma região que, por suas características geográficas, áreas extensas e baixa concentração populacional, distingue-se das demais regiões do País. Isso porque suas usinas termoeletricas são movidas a diesel e óleo combustível e representam a principal fonte de abastecimento de energia elétrica, com custo significativamente mais elevado.

Em 22 de janeiro de 2013, a Companhia solicitou à ANEEL, por meio das cartas, PR-135/2012, de 19/06/2012, Anexo I; PR-215/2012, de 24.09.2012, Anexo II; PRR-012/2013, Anexo III; e PRE-031/2015, de 03/07/2015, Anexo IV, pedido de renovação de sua Concessão, objeto do Contrato de Concessão nº 020/2001, firmado em 21/03/2001.

Em 02 de junho de 2015, por intermédio do Decreto nº 8.461, o Ministério das Minas e Energia-MME regulamentou a prorrogação das Concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 por trinta anos.

Em 29 de dezembro de 2015 foi publicado, no Diário Oficial da União, Despacho do MME convocando as Distribuidoras para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

prazo máximo de duzentos e dez dias, a partir da data da publicação deste Despacho. Desta forma, a Companhia tem um prazo até 26 de julho de 2016 para assinatura dos termos aditivos ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica.

Nesse cenário, as regras básicas que norteiam a renovação da concessão estão consubstanciadas no Decreto nº 8.461, de 2 de junho de 2015, que regulamentou a prorrogação das Concessões de Distribuição de Energia Elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, por trinta anos. A prorrogação se dará com vistas a atender os critérios estabelecidos pelo Poder Concedente na intenção de melhorar a prestação do serviço para os usuários.(Nota 2.1)

- **Desverticalização**

Tendo em vista a interligação do sistema isolado da região norte, a AmE foi submetida às restrições previstas no parágrafo 5º do Artigo 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995 ("Lei nº 9.074"), segundo a qual as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica não podem desenvolver atividades de geração ou transmissão de energia elétrica.

Para enquadrar a empresa à legislação do setor elétrico brasileiro, os administradores da Companhia decidiram por implementar o processo de desverticalização, que consiste na segregação dos ativos e passivos de geração e transmissão da capital das atividades de distribuição de energia para que, ao final, a Eletrobras Holding, controle a nova empresa operacional criada especialmente para concentrar as atividades geração e transmissão no Amazonas. Com a desverticalização finalizada, desde o dia 01/07/2015, os contratos de compra de energia com a Amazonas Geração e Transmissão ("Amazonas GT") passaram a ter sua eficácia com o fornecimento de energia térmica gerada pelas usinas de matriz a gás de Aparecida e Mauá, além da UHE-Balbina.(Nota 13).









**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ACERVO VERTIDO PARA AmGT			
ATIVO	01.07.2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	01.07.2015
<u>CIRCULANTE</u>		<u>CIRCULANTE</u>	
Caixa e equivalente de caixa	41	Fornecedores	36.189
Cauções e depósitos judiciais	12.315	Financiamentos e empréstimos	592.877
Estoque	3.877	Obrigações estimadas	11.262
Outros	3.403	Outros	26.121
	<u>19.636</u>		<u>666.450</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
Tributos e contribuições sociais	4.229	Financiamentos e empréstimos	324.906
Cauções e depósitos judiciais	15.225	Benefício pós emprego	117
Ativo financeiro - concessões de serviço público	1.368.425	Provisões para causas judiciais	47.154
Outros	9.070	Outros	353.078
	<u>1.396.950</u>		<u>725.256</u>
Investimentos Intangível	10 376.708	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>	
Imobilizado	34.282	Capital social	436.750
	<u>410.999</u>	Ajuste de avaliação patrimonial	(870)
			<u>435.880</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.827.585</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	<u>1.827.585</u>

NOTA 1.1 - CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações, e apresenta em 31 de dezembro de 2015 prejuízos acumulados no montante de R\$ 8.971.348, patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 4.363.598 e prejuízo do exercício em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 2.344.048, necessitando assim de recursos para fazer frente à sua dívida de curto prazo, conseqüentemente, a continuidade da Companhia depende do suporte financeiro do acionista controlador e/ou manutenção de fontes de financiamento por terceiros. A Administração adotou medidas visando o equilíbrio econômico-financeiro e a redução de seu endividamento, além de envidar esforços no sentido de melhorar a eficiência no fornecimento de energia elétrica. A Companhia espera para o próximo exercício melhorar o fluxo de caixa de suas operações. Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26 (R1).

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações junto ao Órgão Regulador do Serviço Público de Energia Elétrica:

1  

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Ato autorizativo	Vencimento previsto	Capacidade Outorgada (MW) (*)	Capacidade Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada (MW) (*)
Resolução ANEEL n.º 048, de 02.02.2001, art. 22 da Lei 9.074, de 07.07.1995. Portaria n.º 35, de 20.02.2001 MME. Res. Autorizativa ANEEL n.º 1.304, de 18.03.2008, em seu art. 1.º anuí à incorporação da CEAM pela MESA, com transferência das concessões de geração e distribuição e versão dos ativos e passivos. Ofício n.º 1.573 - SCG/ANEEL, de 01.12.2011	07/07/15	316,40	316,40	282,20
Contrato de Geração n.º 01/2010, Portaria MME n.º 476/1986.	30/04/16	316,40	316,40	282,20
Resolução ANEEL n.º 283, de 26.07.2000, e Resolução ANEEL n.º 53, de 08.02.2001, Contrato de Concessão n.º 20/2001 ANEEL, de 21.03.2001, e os seus Aditivos, Portaria n.º 34 MME, de 20.02.2001, art. 22, § 2º da Lei n.º 9.074, de 07.07.95.	07/07/15	316,40	316,40	282,24

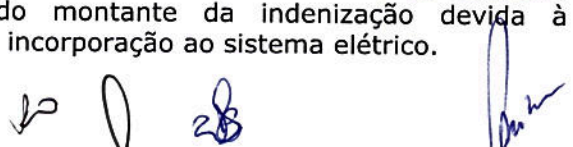
(*)Informações não auditadas pelos auditores independentes.

No quadro a seguir está demonstrado o resumo da quantidade de municípios atendidos, bem como as datas de vigência do contrato de concessão:

Nº de Municípios Atendidos	Localidade da Sede	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
01 - Município de Manaus/Amazonas	Manaus	21.03.2001	07.07.2015
61 - municípios reagrupados para distribuição de energia elétrica/Amazonas	Manaus	11.04.2008	07.07.2015

A Cláusula Segunda do contrato n.º 001/2010, ao tratar de prazos de concessão, registra que as concessões de geração de energia elétrica, reguladas pelo mesmo, têm seu termo final em 30 de abril de 2016, relativamente às UTEs Tabatinga e Belém do Solimões, cujo ato de outorga foi emitido através da Portaria MME n.º 476, de 30/04/1986.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

A ANEEL realiza, a cada cinco anos, uma revisão periódica de tarifas com o objetivo de identificar as variações dos custos da Companhia, estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, bem como remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento com qualidade. Os custos e investimentos repassados às tarifas são calculados pelo órgão regulador.

2.1. Prorrogação das concessões de distribuição

Em 15 de outubro de 2012, a Companhia cuja concessão venceu em 2015, teve o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fez no prazo estabelecido.

O Decreto número 8.461, de 02 de junho de 2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica e autorizou o Ministério de Minas e Energia ("MME") a prorrogar as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo artigo 7º da Lei número 12.783, de 11 de janeiro de 2013, por 30 (trinta) anos, estabeleceu que deverão ser observados os seguintes critérios:

I. Eficiência da qualidade do serviço, a ser apurada por meio dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora ("DECI") e Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora ("FECI");

II. Eficiência econômico-financeira, a ser apurada por meio do EBITDA e do nível de endividamento, que significa a capacidade da concessionária honrar com seus compromissos econômico-financeiros de maneira sustentável;

III. Racionalidade operacional e econômica; e

IV. Modicidade tarifária.

Tais critérios deverão ser alcançados por meio de métricas de melhoria contínua estabelecidas pelo Poder Concedente, a serem detalhadas pelos aditivos aos Contratos de Concessão que serão assinados pelas distribuidoras. Em 05 de novembro de 2015, o MME por meio do Ofício Circular nº 3/2015-SE-MME, informou que a minuta do Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, aprovada pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.540, de 20 de outubro de 2015, deveria ser submetida às instâncias decisórias de cada Distribuidora, juntamente com os limites anuais estabelecidos para atendimento aos critérios dos incisos I (Eficiência da qualidade do serviço) e II (Eficiência econômico-financeira) do artigo 1º do Decreto número 8.461/2015, conforme constante do Anexo II da Nota Técnica nº 0335/2015-SCT-SFE-SFF-SRDSRM.

Handwritten signatures and initials:
1, 2B, [unclear], [unclear]

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

De acordo com o Termo Aditivo, o descumprimento das metas a que se referem os itens I e II acima mencionados, pelo período de 5 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, por 2 (dois) anos consecutivos ou se não atender qualquer dessas metas ao final do prazo de 5 (cinco) anos, acarretará a extinção da concessão.

De igual forma, a partir do 6º (sexto) ano, o descumprimento de tais metas, configurará a inadimplência da concessionária e implicará a abertura do processo de caducidade, observados o seguinte: (i) Critério I - Eficiência da qualidade do serviço: se houver descumprimento por três anos consecutivos; ou (ii) Critério II - Eficiência econômico-financeira: se houver descumprimento por dois anos consecutivos. Porém, neste caso, o concessionário poderá apresentar um plano de transferência do controle societário como forma alternativa a essa extinção, contendo a viabilidade da troca de controle e o benefício dessa medida para a adequação do serviço prestado.

O decreto estabelece ainda que as concessões não prorrogadas ou que tenham sido objeto de extinção serão licitadas conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME). A indenização a ser paga para a antiga concessionária por investimentos nos bens reversíveis não depreciados e não amortizados será calculada com base no valor novo de reposição-VNR e vai considerar a entrada em operação das instalações.

Na 164ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras ocorrida em 28 de dezembro de 2015, em razão da solicitação, pelo representante da União Federal, foi retirada de pauta as matérias concernentes à prorrogação dos contratos de concessão das Distribuidoras, pelo fato das referidas terem solicitado, em 28 de dezembro de 2015, a prorrogação do prazo para assinatura do respectivo termo aditivo, nos termos da Medida Provisória 706, a ser deliberado em nova Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras a ser convocada.

A Medida Provisória 706, de 28 de dezembro de 2015, alterou a redação do parágrafo segundo do art. 11 da Lei 12.783/2012, estabelecendo que o concessionário deverá assinar o termo aditivo no prazo de até 210 dias, contados da convocação pelo Poder Concedente.

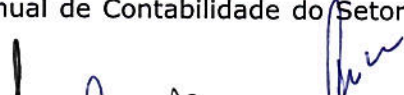
Desta forma, as distribuidoras têm um prazo até 26 de julho de 2016 para assinatura dos termos aditivos ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica e estão preparando estudos atualizados para submissão à nova Assembleia de Acionista da Eletrobras.

As concessões de distribuição das Empresas Eletrobras tiveram seus contratos vencidos em junho de 2015, entretanto, à luz da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art.42 "as concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 meses".

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de março de 2016.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e o e o valor justo, quando aplicável. ativo ou passivo líquido de benefício definido reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem saldos de caixa e depósitos bancários à vista.

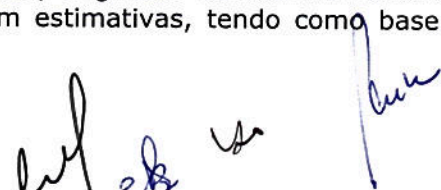
3.5 Títulos e valores mobiliários

A Companhia aplica recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo possuírem liquidez imediata. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

3.6 Clientes

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE contabilizado com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O saldo inclui o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado com base em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 7).

3.6.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é constituída de acordo com procedimentos e análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela Administração da Companhia. Considera, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. As análises da PCLD dos contratos de parcelamentos são feitas individualmente, sendo o valor negociado excluído da provisão após o pagamento da terceira parcela (Nota 7.c).

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Os estoques de materiais para consumo são classificados no ativo circulante, não sendo depreciados ou amortizados, e os estoques de materiais destinados às obras/manutenção dos sistemas de distribuição são classificados no ativo financeiro ou intangível.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia (Nota 9).

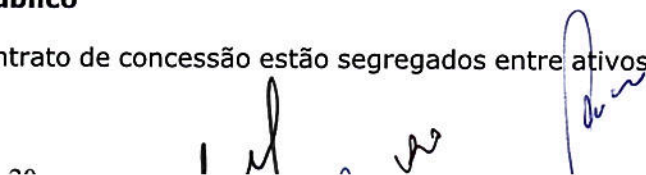
3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda sobre o valor recuperável do investimento, sendo o valor dessa perda reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia, em bases anuais, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram redução em seu valor recuperável. (Nota 13).

Os demais investimentos estão registrados ao custo histórico.

3.9 Contratos de Concessão de Serviço Público

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.10 Ativo financeiro

Os ativos financeiros referem-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão (Nota 14).

Parte da infraestrutura referente ao segmento de distribuição de energia, classificada como ativo financeiro vem sendo remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa de energia dos consumidores.

Em relação à infraestrutura da geração associada, o ativo financeiro é remunerado via reembolso da Conta de Consumo de Combustível - CCC.

3.11 Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 644, de 02 de dezembro de 2010, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 (R1) - Ativos Intangíveis, o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 15).

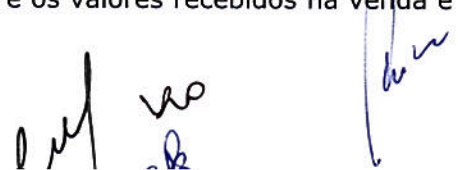
A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível é apropriada de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão, pelo método linear.

3.12 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (Nota 16).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada (nota 4.11).

Em função da adoção pela Companhia dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01 (R1)- Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado correspondem a todos os bens que não são utilizados na atividade fim da Companhia, incluindo-se também neste grupo as operações com arrendamento mercantil. Demais ativos vinculados a concessão, foram reclassificados como Ativos Financeiros Indenizáveis (Concessão) e Ativos Intangíveis.

3.13 Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução de ativo não financeiro, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

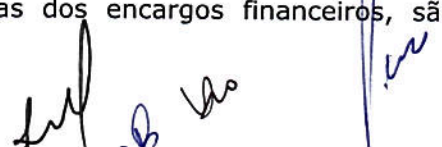
Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (Nota 17).

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

3.14 Arrendamento Mercantil

Conforme orientações do Pronunciamento CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e da Interpretação Técnica ICPC 03- Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a Companhia detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em passivos Circulantes e Não Circulantes.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil financeiro está classificado no Ativo Não Circulante sendo amortizado durante a sua vida útil (Nota 20).

3.15 Cauções e Depósitos Judiciais

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. O resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

3.16 Empréstimos

São instrumentos financeiros registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos (Nota 19).

3.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.18 Receitas e Despesas Financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos concedidos e obtidos e operações com instrumentos financeiros (Nota 32).

3.19 Provisões para Causas Judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota 24).

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.20 Conversão de Saldos Denominados em Moeda Estrangeira

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (R\$ - Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.21 Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros (Nota 34).

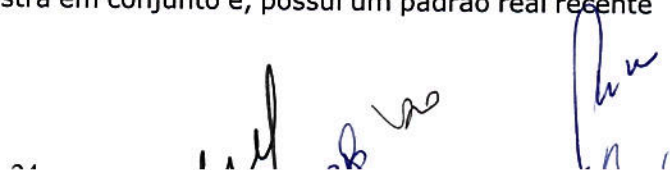
3.21.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

- 1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- (b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que o Sistema Eletrobras administra em conjunto e, possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

(a) Tal designação eliminar ou reduzir, significativamente, uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

(b) O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e

(c) Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

(d) Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

(a) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros-CVA e outros) são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

1 28

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A receita não faturada corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês.

b) Receita de construção

A Instrução do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

- (i) A atividade fim da Companhia é a geração distribuída e distribuição de energia elétrica;
- (ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim;
- (iii) A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

Mensalmente, o valor da totalidade das adições efetuadas no ativo intangível em curso é considerado também, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

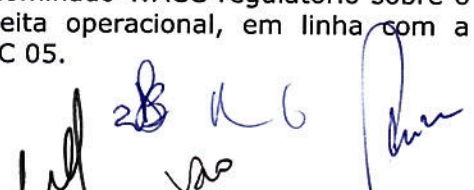
c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada e aplicável a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

A receita financeira decorrente da remuneração do investimento do ativo financeiro indenizável da concessão é obtida pela aplicação do percentual do denominado WACC regulatório sobre o total do faturamento de energia, reconhecida como receita operacional, em linha com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - OCPC 05.

-- 

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.24 Benefício Pós - Emprego

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

3.24.1 Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez do mesmo enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças

11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

3.25 Tributação

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda - IR e a Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

3.26 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as Companhias distribuidoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida - ROL, sendo 0,5% em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, 0,5% em programas de Eficiência Energética (Nota 23 b).

3.27 Compromissos com o Meio Ambiente

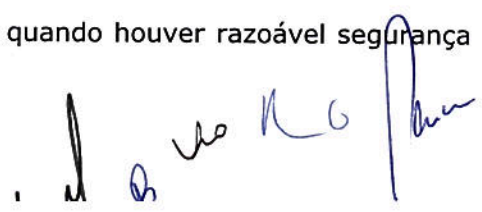
A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas premissas e critérios definidos pela administração, nos termos do CPC - 25 (Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes), em atendimento às exigências dos Órgãos Públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.28 Subvenção governamental - CCC e CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários e como recuperação de despesa dos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados reembolsados pela conta de consumo de combustíveis (CCC).

As subvenções recebidas via aporte das Contas de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") referem-se à compensação de descontos concedidos e despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato a Companhia, nos termos do CPC 07 (Nota 10).

3.29 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, e, portanto, consideradas críticas, são discutidas a seguir:

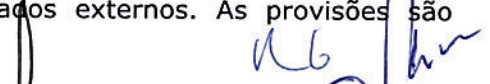
a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor em uso e o saldo contábil.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final do prazo de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

c) Ativo financeiro - concessões de serviço público

A Companhia, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, as quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, e estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual contábil) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Para fins de determinação do valor a ser ressarcido, foi adotada a premissa de que o valor residual contábil dos bens serão reembolsados pelo critério do Valor Novo de Reposição - VNR.

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores e considerando, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. As análises da PCLD dos contratos de parcelamentos são feitas individualmente, sendo o valor negociado excluído da provisão após o pagamento da terceira parcela.

e) Vida útil dos bens e taxas de depreciação utilizadas

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

f) Obrigações Atuariais

As obrigações atuariais são determinadas com base em avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego realizada anualmente. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente são realizados por consultoria especializada contratada

1) . NC

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

pela Companhia, a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON.

3.30 Reconhecimento dos valores a receber e obrigações de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a neutralizar os impactos econômicos de eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

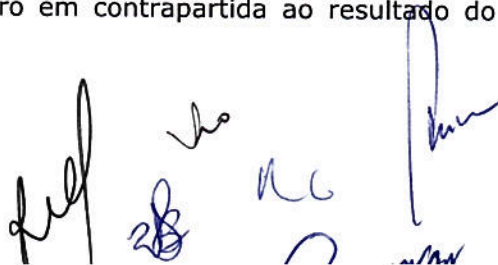
Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Como consequência, em 9 de dezembro de 2014, através da Deliberação CVM nº 732, o Comitê de pronunciamentos Contábeis - CPC aprovou a Orientação Técnica OCPC 08, que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente. Esse evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. São condições, assim, que diferem em essência das que ocorriam anteriormente.

Em 10 de dezembro de 2014 foi assinado o Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

Com o advento do aditivo dos contratos de concessão, o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, a Companhia passou a reconhecer a partir de 10 de dezembro de 2014, o registro dos valores a receber e obrigações foram efetuados em contas de ativo e passivo financeiro em contrapartida ao resultado do exercício (Receitas Operacionais) (Notas 11 e 27).



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.31 Novos Pronunciamentos Contábeis

Uma série de novas normas, alterações e interpretações de normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

3.31.1 Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor

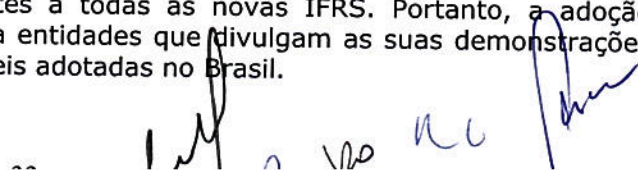
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo que a adoção antecipada da norma não é permitida no Brasil.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e USGAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações da Companhia:

- ✓ IFRS 14 - Contas Regulatórias de Diferimento;
- ✓ Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - Alterações da IAS 16 e IAS 38;
- ✓ Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto - Alterações IFRS 10 e IAS 28;
- ✓ Melhorias anuais das IFRSs de 2012 - 2014 - várias normas;
- ✓ Iniciativa de Divulgação - alteração do IAS 1.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração de pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Caixa (a)	-	2
Contas Bancárias à Vista (b)	65.190	62.466
Fundos de Caixa (a)	44	43
Numerário em Trânsito (c)	-	95
Ordens de Pagamentos Emitidas (c)	3.017	-
Total	68.251	62.606

- a) Inclui dinheiro e cheques pagáveis sem restrição e imediatamente;
- b) Representados pelas contas de livre movimentação mantidas pela Companhia em bancos, podendo ser: conta movimento, contas especiais para pagamentos específicos e contas especiais de arrecadação;
- c) Representados por valores decorrentes de remessas para filiais, depósitos ou semelhantes, por meio de cheques, e ordens de pagamento emitidas.

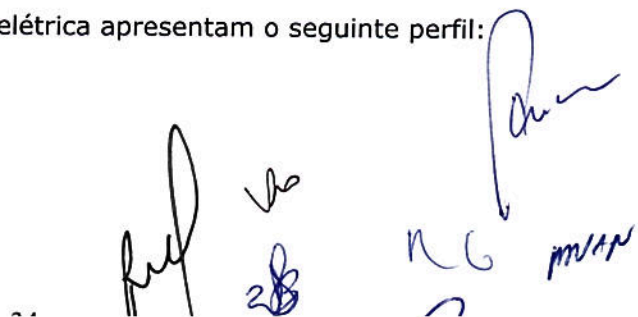
NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

A Companhia aplica suas disponibilidades no tipo de aplicação denominado "Extra-Mercado". Essa aplicação é um fundo de investimento em renda fixa de liquidez imediata, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado, o qual tem por objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas (a qual é obtida através da quantidade de quotas x valor das quotas), através da diversificação dos ativos que compõem sua carteira em ativos e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo é de R\$ 117.122 (R\$ 131.715 em 31 de dezembro de 2014).

NOTA 7 - CLIENTES

a) Composição dos Créditos

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte perfil:



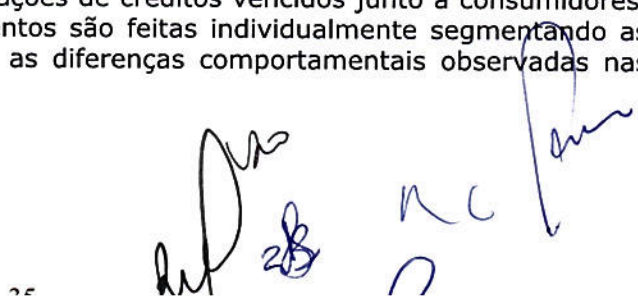
Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
 FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2015				31.12.2014		
	VINCENDOS	VENCIDOS		CIRCULANTE TOTAL	NÃO CIRCULANTE TOTAL	CIRCULANTE TOTAL	NÃO CIRCULANTE TOTAL
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS				
CONSUMIDORES							
. Residencial	109.711	76.228	30.827	216.766	-	187.377	-
. Industrial	42.838	6.747	16.989	66.574	-	69.985	-
. Comercial	79.592	25.891	18.524	124.007	-	108.239	-
. Rural	2.965	2.958	1.030	6.953	-	5.469	-
. Poder Público							
. <i>Federal</i>	5.901	2.448	1.377	9.726	-	9.761	-
. <i>Estadual</i>	12.970	20.325	11.569	44.864	-	26.844	-
. <i>Municipal</i>	6.942	8.474	7.515	22.931	-	19.877	-
. Iluminação Pública	2.978	53	1.205	4.236	-	4.495	-
. Serviço Público	5.859	1.944	24.072	31.875	-	26.971	-
. Outros créditos	-	-	-	-	-	5	-
Subtotal	269.756	145.068	113.108	527.932	-	459.023	-
(-) PCLD (c)	(4.552)	(53.939)	(74.249)	(132.740)	-	(88.744)	-
Subtotal	265.204	91.129	38.859	395.192	-	370.279	-
PARCELAMENTOS (b)							
. Residencial	33.766	5.045	5.640	44.451	17.465	31.794	17.296
. Industrial	19.973	487	4.636	25.097	3.419	7.907	4.664
. Comercial	28.355	1.709	4.617	34.681	22.691	31.480	26.188
. Rural	855	97	209	1.160	302	827	191
. Poder Público*							
. <i>Federal</i>	1.291	40	111	1.442	845	141	1.320
. <i>Estadual</i>	(4.859)	488	682	(3.689)	11.674	702	6.637
. <i>Municipal</i>	(781)	35	7.468	6.722	13.882	2.750	30.900
. Iluminação Pública	2.308	-	-	2.308	-	91	-
. Serviço Público	1.134	47	222	1.403	6.038	1.263	3.634
. Outros créditos	-	-	-	380	-	-	-
Subtotal	82.042	7.947	23.586	113.955	76.316	76.955	90.830
(-) PCLD (c)	(20.251)	(8.485)	(5.971)	(34.707)	(8.560)	(11.171)	(12.056)
Subtotal	61.791	(538)	17.615	79.248	67.756	65.784	78.774
Total	326.995	90.591	56.474	474.440	67.756	436.063	78.774

b) Parcelamentos

Representa os valores resultantes das negociações de créditos vencidos junto a consumidores. As análises sobre os contratos de parcelamentos são feitas individualmente segmentando as classes privadas e públicas, tendo em vista as diferenças comportamentais observadas nas negociações e o valor negociado.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A PCLD é constituída de acordo com procedimentos e análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela Administração da Companhia.

- Parcelamentos:

i) O consumidor que procura repactuar a sua dívida já está inserido na PCLD. Após a celebração do parcelamento total sem garantia real, a reversão do débito deverá ser feita de forma gradativa conforme o seguinte critério:

Número de Parcelas	Provisão ou Reversão Classes Privadas	Provisão ou Reversão Classes Públicas
Até 36	Pagamento Efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturadas, vencidas e não pagas
De 37 a 60	Pagamento Efetivo de 5 parcelas	4 parcelas faturadas, vencidas e não pagas
Mais de 60	Pagamento Efetivo de 6 parcelas	6 parcelas faturadas, vencidas e não pagas

O demonstrativo da provisão por classe de consumidores encontra-se discriminado abaixo:

CLASSE	31.12.2015	31.12.2014
CONSUMIDORES		
. Residencial	(31.850)	(17.025)
. Comercial	(16.523)	(13.144)
. Industrial	(17.728)	(16.399)
. Poder Público	(59.786)	(20.233)
. Serviço Público	(23.550)	(20.140)
. Rural	(86)	(787)
. Iluminação Pública	(1.174)	(1.016)
. Parcelamentos	(17.851)	(23.227)
. Outros Devedores	(7.460)	-
Total	(176.008)	(111.971)

Handwritten signatures and initials: *mp*, *vo*, *28*, *26*, *7*, *msm*

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A movimentação da PCLD está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial	111.971	189.733
Adições	137.507	55.360
Reversão (a)	(4.292)	(59.653)
Baixas (b)	(68.862)	(73.142)
Recuperação de faturas baixadas anteriormente para perdas	(316)	(327)
Saldo final	176.008	111.971

- a) Refere-se aos valores de provisões constituídos em períodos anteriores e revertidos no período atual.
- b) Refere-se aos valores baixados como perda definitiva, pois não há mais expectativa de recuperação dos recursos. Os critérios de baixa estão estabelecidos na Nota Técnica DFC N° 005/2014 item 4 - Procedimentos para constituição e contabilização de perdas no recebimento de créditos.

NOTA 8 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

ATIVOS FISCAIS CORRENTES	31.12.2015	31.12.2014
<u>CIRCULANTE</u>		
ATIVOS FISCAIS CORRENTES		
PIS/PASEP/COFINS a recuperar (a)	57.996	84.679
ICMS a recuperar	135.586	125.704
Outros	2.265	1.057
(-) Provisão - tributos estaduais e federais (b)	(185.341)	(184.341)
Total	10.506	27.099
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
ATIVOS FISCAIS CORRENTES		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	8.052	6.960
CSLL a Recuperar	3.341	2.405
PIS/PASEP/COFINS a recuperar (a)	197.399	168.810
ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09 (c)	1.638.580	1.551.943
ICMS sobre Bens do Ativo Fixo	6.794	-
Ajuste a Valor Presente	(1.036)	(1.556)
PIS/COFINS sobre insumos CCC - (a)	512.247	372.411
Total	2.365.377	2.100.973



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

No quadro abaixo está apresentada a composição:

- a) Os créditos registrados nessa rubrica no ativo circulante no montante de R\$ 57.996 (R\$ 84.679 em 2014) e não circulante R\$ 197.399 (R\$ 168.810 em 2014) decorrem do regime de apuração não cumulativa, envolvendo gastos com materiais aplicados e consumidos na atividade de geração de energia elétrica, créditos da compra de combustíveis e da compra de energia elétrica. Tais créditos serão compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições, que influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada do consumidor cativo. Dessa forma, a Companhia procedeu à apuração e acumulação dos créditos de PIS/PASEP e da COFINS.

Os Créditos da rubrica PIS/ COFINS sobre insumo CCC no ativo não circulante no de R\$ 512.247 (R\$ 372.411 em 2014) referem-se aos créditos, da apuração não cumulativa, ainda não compensados e reembolsados pela CCC. Em novembro de 2013 foi publicada a Resolução 597 que alterou os dispositivos da Lei nº 12.111 com previsão para que, além do ICMS, a Conta de Consumo de Combustível - CCC passaria a conceder o reembolso do PIS/PASEP e COFINS conforme art. 9º. Desta forma os valores de PIS e COFINS contemplam o somatório das contas PIS/COFINS sobre insumo CCC e PIS/PASEP/COFINS a recuperar.

Vale ressaltar que para os créditos sobre insumo CCC foi constituída uma obrigação no Passivo Não Circulante, de valor igual ao registrado no Ativo Não Circulante.

- b) Os valores são relativos a tributos Estaduais (ICMS) e Federais (PIS/COFINS) provisionados em virtude da análise de realização dos saldos.
- c) Conforme disposto no art. 3º, da Lei nº 12.111/09, os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados. Portanto, os valores referentes ao ICMS, apurados como custo da geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09. Entretanto, a referida Lei cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de efetivo aproveitamento dos créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito tributário aproveitado. Dessa forma, igualmente aos créditos de PIS/COFINS sobre insumo CCC, comentado no item a acima, foi constituída uma obrigação no Passivo Não Circulante, de valor igual ao registrado no Ativo Não Circulante, cujo montante é de R\$ 1.638.580 (R\$ 1.551.943 em 2014).

NOTA 9 - ESTOQUES

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Almoxarifado	1.492	756
Material em Poder de Terceiros	1.444	870
Combustível - CCC	114.060	98.014
Adiantamentos a Fornecedores	827	3.902
Total	117.823	103.542



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor realizável líquido. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização dos estoques, obsolescência de produtos ou perdas de inventários físicos.

NOTA 10 - DIREITO E OBRIGAÇÃO DE RESSARCIMENTO

A Companhia detém direitos e obrigações junto à CCC, conforme apuração dos valores demonstrados no quadro abaixo:

DIREITO DE RESSARCIMENTO

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
ATIVO CIRCULANTE		
CCC (10.1)	1.771.222	2.523.243
CDE *	40.854	-
	<u>1.812.076</u>	<u>2.523.243</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CCC (10.1)	<u>4.350.275</u>	<u>2.959.326</u>
Total circulante e não circulante CCC	<u>6.121.497</u>	<u>5.482.569</u>
Total circulante e não circulante CDE	<u>40.854</u>	<u>-</u>
Total circulante e não circulante	<u>6.162.351</u>	<u>5.482.569</u>

so

hu

ful

NG

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

OBRIGAÇÃO DE RESSARCIMENTO

OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Tributos (10.1)	2.150.827	2.208.959

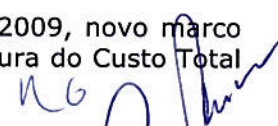
10.1 - MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
DIREITOS		
Saldo anterior	5.482.569	10.195.291
Custo com combustíveis	4.027.100	4.624.980
Compra de energia elétrica	572.487	530.685
Custo de geração própria	713.488	993.735
Reembolso PIS/COFINS CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (f)	139.835	86.865
(-) Fator de corte (g)	(192.431)	-
(-) Valor recebido da CCC - ISOL	(3.287.884)	(1.422.021)
(-) Adiantamentos liquidados (a)	-	(7.783.701)
(+) Atualização monetária (b)	683.005	137.886
(-) ICMS recuperado	(312.845)	(377.776)
(-) Custo do ACR	(1.304.100)	(1.503.375)
(-) Devoluções (h)	(399.727)	-
Total (AC + ANC)	6.121.497	5.482.569
OBRIGAÇÕES		
Saldo Anterior	2.208.959	9.793.124
PIS/PASEP pago pela CCC (c)	(50.767)	1.800
COFINS pago pela CCC (c)	(233.837)	8.289
Reembolso de ICMS CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (e)	86.637	102.582
Reembolso PIS/COFINS CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (f)	139.835	86.865
(-) Adiantamentos liquidados (a)	-	(7.783.701)
Total (PC e PNC)	2.150.827	2.208.959

* O montante de R\$ 40.854 refere-se ao registro de valores a receber de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.980, de 27 de outubro de 2015, no artigo 10, que estabelece que seja fixado o reembolso a ser repassado pela Eletrobras à AmE, a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro em função da redução das tarifas das concessionárias de distribuição. Os valores são recebidos até o dia dez do mês subsequente ao da competência.

A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC criada pela Lei nº 5.899/1973, tinha originalmente como finalidade ratear os custos com os combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica nos Sistemas Interligados. Desde 1992, o mecanismo de rateio de custos com combustíveis foi estendido aos sistemas não integrados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), chamados de Sistemas Isolados, localizados em sua maior parte na região Norte do Brasil.

A Lei nº 12.111/2009, produto da conversão da Medida Provisória nº 466/2009, novo marco legal para a CCC e para a gestão dos Sistemas Isolados, introduziu a cobertura do Custo Total



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

de Geração (CTG), relativo ao atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e manteve a cobertura para os empreendimentos sub-rogados. Posteriormente, a Lei nº 12.783/2013 introduziu ajustes no CTG e determinou que os recursos para a cobertura desses subsídios passassem a ocorrer por meio do fundo setorial da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e não mais por arrecadação direta de quotas.

Ressalta-se que a referida Lei traz uma reforma profunda nas premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia imediata, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o SIN, a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

Com o advento do leilão de interligação com o SIN, a Companhia foi autorizada pela Portaria nº 083/2008 do Ministério de Minas e Energia - MME, a adquirir energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

O custo total de geração nos sistemas isolados (mesmo depois da interligação, em relação aos contratos de energia então existentes) será coberto integralmente pela CCC, no que exceder o custo médio do ACR /SIN. No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos:

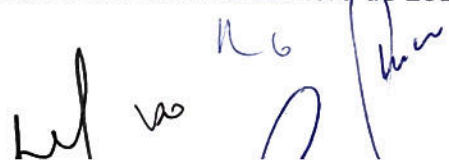
- I - à contratação de energia e de potência associada;
- II - à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;
- III - à aquisição de combustíveis;
- IV - aos encargos e impostos; e
- V - aos investimentos realizados.

Desse modo, o consumidor local paga tarifariamente o custo médio do ACR/SIN, até o montante regulatório de energia. Por sua vez, o Fundo CCC reembolsará o valor que exceder o custo médio do ACR/SIN até o limite do custo total de geração expressamente definido na Lei/Decreto.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos sistemas isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

a) **Adiantamentos liquidados**

A fim de proporcionar a repactuação de dívidas junto à BR Distribuidora e à Petrobras (vide Nota 18) houve a identificação por parte do Fundo CCC e ANEEL dos valores devidos às empresas do Sistema Isolado da Eletrobras. Devido esse fato, a Companhia realizou a compensação do montante de R\$ 7.783.701 anteriormente apresentado como CCC de Sistemas Isolados no passivo circulante, com o respectivo direito apresentado como CCC de Sistemas Isolados no ativo circulante, esse reconhecimento ensejou a identificação e liquidação dos adiantamentos perante os direitos registrados em 31 de dezembro de 2014.

.. 

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

b) **Atualização monetária**

A partir da publicação da Lei nº 12.783/2013, o Fundo CDE passou a ter a responsabilidade de suprir com recursos o Fundo CCC, tendo esses recursos como origem o Tesouro Nacional. Em face desses aportes não terem ocorrido mensalmente, o Fundo CDE não transferiu a Companhia da forma esperada os montantes previstos. Sendo o este subsídio parte considerável para formação do caixa da Companhia, ao não recebê-lo tempestivamente, esta não conseguiu honrar diversos compromissos assumidos, destacando-se aqueles relacionados à compra de combustíveis, item principal do custo tendo em vista a geração térmica dos sistemas isolados.

Neste contexto, o Fundo CCC passou a não liberar adequadamente os seus valores de reembolso, resultando em reconhecimento de encargos moratórios e atualizações sobre os valores a pagar dos compromissos assumidos com fornecedores de insumos para a geração, causando um desequilíbrio econômico-financeiro para a Companhia.

Em dezembro de 2014, a Companhia firmou o termo de confissão parcial e repactuação de dívida com a Eletrobras, gestora do Fundo CCC, que reconheceu os reembolsos vencidos até 30 de novembro de 2014.

Em abril de 2015, a Companhia firmou o segundo termo de confissão dos valores remanescentes e repactuação de dívida com a Eletrobras, gestora do Fundo CCC, que reconheceu os reembolsos vencidos também até 30 de novembro de 2014.

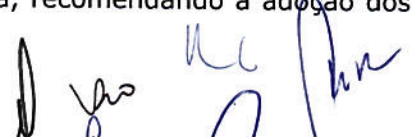
O saldo credor destes termos vem sendo remunerado pela taxa Selic, correspondendo o valor de R\$ 683.005 ao período de janeiro a dezembro de 2015. A atualização do saldo credor ocorrerá até a quitação total dos montantes de principal.

Do total de créditos a receber da CCC no montante de R\$ 6.121.497, R\$ 4.640.835 possuem contrato de repactuação e a realização dos créditos remanescentes no montante de R\$ 1.480.662, depende, em última instância, de transferência de recursos oriundos do Fundo Setorial CDE. A Administração da Companhia não espera incorrer em perdas nestes montantes.

c) **Reversão de Provisão do PIS/PASEP e COFINS Incidente Sobre Aquisição de Combustíveis por Conta da CCC**

Objetivando ressarcir as empresas concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica que possuem geração térmica e que atue no Sistema Isolado, a Lei 10.833/2003, que alterou a Lei 8.631/1993, estabeleceu que a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC assumisse esse ônus, na sua integralidade, no ano de 2004 e parcialmente durante os anos de 2005 a 2008.

Em 11 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº. 359-SFF, a qual expõe de forma detalhada a evolução da legislação a respeito da metodologia de contabilização dos PIS/PASEP e COFINS na forma da apuração não cumulativa, recomendando a adoção dos seguintes procedimentos:



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- Apuração do Passivo a ser ressarcido ao fundo CCC-ISOL - imputando aos agentes que apurem mensal e anualmente o montante reembolsado pela CCC-ISOL a título de combustível e os créditos de PIS/PASEP e COFINS, sendo que este último deverá ser imputado como Passivo.
- Forma da Atualização e restituição - orientando que o Passivo seja devidamente atualizado até a data de sua consolidação, sendo facultada sua restituição ao fundo CCC-ISOL mediante parcelamento em até 36 parcelas mensais remuneradas pela Taxa Selic.

Os valores de PIS/PASEP e COFINS foram apurados de acordo com o Despacho nº. 4.722/2009 - SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item nº. 30, e determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível - CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008.

A Administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos requereu judicialmente a suspensão dos efeitos do referido despacho.

Em face de sentença judicial concedendo o mérito à Amazonas Distribuidora, a ANEEL interpôs um Agravo de Instrumento. Em 17 de novembro de 2015, esse Agravo de Instrumento foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Posteriormente o agravo perdeu o objeto, em razão da sentença que julgou procedente a demanda, concedendo a segurança pleiteada pela Companhia e ratificando a liminar anteriormente deferida.

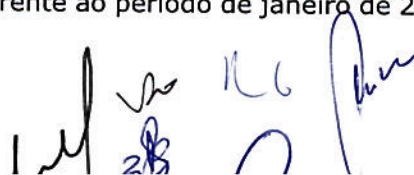
Portanto, a Companhia está albergada por sentenças que lhe asseguram o direito de não efetuar a devolução do valor do PIS/PASEP e COFINS, logo não sendo obrigada a constituição do passivo nesses montantes.

Diante dos fatos e da negativa do Agravo de Instrumento julgado em 17 de novembro de 2015, a Companhia realizou a reversão da provisão do montante de PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível - CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008 no valor de R\$ 284.604.

d) Reversão Provisão passivo a descoberto- ICMS CCC

A Resolução Normativa 303/2008 da ANEEL estabeleceu a metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído a CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

A ANEEL através do Despacho 4.722/2009 SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do passivo a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos requereu judicialmente a suspensão dos efeitos da referida resolução.

Por força da sentença judicial exarada em 29 de setembro de 2009 a Companhia em dezembro de 2009 reverteu do seu Passivo esta obrigação, tendo como contrapartida receita operacional. Esta obrigação apresentava o montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 1.100.499 referente ao valor reembolsado pela CCC ISOL nos anos de 2004 a 2008.

Em sentença judicial concedendo o mérito à Amazonas Distribuidora, a ANEEL interpôs um Agravo de Instrumento. Em 17/11/2015 esse Agravo de Instrumento foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Posteriormente o agravo perdeu o objeto, em razão da sentença que julgou procedente a demanda, concedendo a segurança pleiteada pela Companhia e ratificando a liminar anteriormente deferida.

Portanto, a Companhia está albergada por sentenças que lhe asseguram o direito de não efetuar a devolução do valor do ICMS, logo não sendo obrigada a constituição do passivo nesses montantes.

e) **Ressarcimento CCC - ISOL - Lei nº 12.111/2009**

Refere-se aos impostos compensáveis (ICMS) que deverão ser ressarcidos à CCC, de acordo com o § 8º da Lei nº. 12.111/2009.

f) **Reembolso PIS/COFINS - CCC - ISOL - Lei nº 12.111/2009**

Estes valores são apurados considerando a Resolução Normativa ANEEL nº 597, de 17 de dezembro de 2013, a qual em seu art. 1º altera o Art.9º da Resolução Normativa ANEEL nº 427, de 22 de fevereiro de 2011.

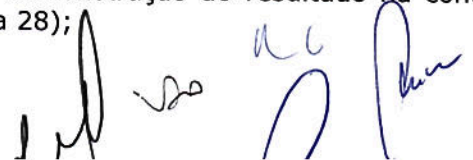
g) **Fator de Corte**

A partir da publicação do Despacho nº 1.583/15 de 18 de maio de 2015, os reembolsos mensais da CCC passaram a sofrer o fator de corte de 4,8% referente as perdas regulatórias. Este índice foi aplicado nos reembolsos da competência de janeiro a dezembro de 2015 representando o montante de R\$ 192.431.

h) **Devoluções**

Em 2015 a Companhia registrou a crédito do direito de ressarcimento CCC as seguintes devoluções:

- ✓ R\$ 301.479, reposição à CCC dos valores correspondentes a receita excedente auferida com a comercialização de energia no Sistema Interligado Nacional durante o período de janeiro de 2012 a abril de 2015 conforme Despacho ANEEL nº 123, de 19 de janeiro de 2016, em contrapartida da demonstração do resultado na conta Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 28);



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- ✓ R\$ 98.248, reposição à CCC dos valores correspondentes aos combustíveis consumidos acima do consumo específico e extraviados dos estoques em face de perdas no processo de produção do período compreendido entre 01/01/2006 a 30/04/2011 conforme Despacho ANEEL nº 758/2015, de 24 de março de 2015, em contrapartida da demonstração do resultado na conta Outros (nota 30)

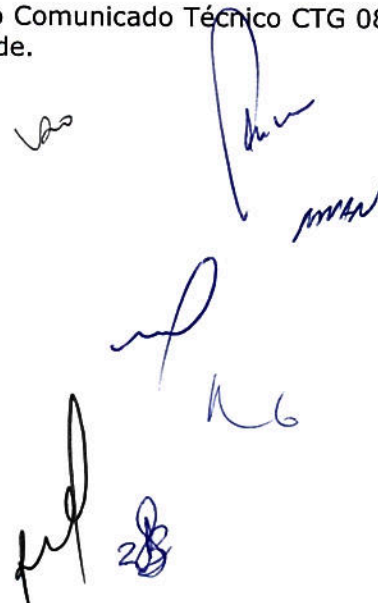
NOTA 11 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização quando da extinção da concessão.

A Nota Técnica - NT da ANEEL nº 280/2014-SFF/SCT/SRE trouxe a indicação da necessidade de aditar os Contratos de Concessão das distribuidoras, conforme registro que consta da NT, reproduzido a seguir: "*Além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária.*"

O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados. No caso da Companhia foi o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, assinado em 10 de dezembro de 2014, processo nº 48500.005603/2014-05, e publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014.

Os ativos e passivos regulatórios foram reconhecidos conforme o Comunicado Técnico CTG 08, de 05 de dezembro de 2014, do Conselho Federal de Contabilidade.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2015		31.12.2014	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Parcela A - CVA (a)				
Encargos de Serviços do Sistema - ESS Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - PROINFA Rede Básica		11.082	4.704	-
Energia Elétrica	108.629	-	56.892	-
CCC	-	-	-	58
Subtotal	108.629	19.207	88.719	58
Outros Itens Financeiros (b)				
Garantias Financeiras na Contratação Regulada de EE (CCEAR)	608	-	1.163	-
Neutralidade da Parcela A	-	81	-	234
Subtotal	608	81	1.163	234
Total - Parcela A e Outros Itens Financeiros	109.237	19.288	89.882	292

Segue abaixo a apresentação dos valores homologados pela Aneel:

Saldos em 31/12/2015	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL no próximo reajuste tarifário	Total
Ativo			
Parcela A - CVA (a)			
Energia Elétrica	67.857	40.772	108.629
Outros Itens Financeiros (b)			
Garantias Financeiras na Contratação Regulada de EE (CCEAR)	608	-	608
Total do Ativo	68.465	40.772	109.237
Passivo			
Parcela A - CVA (a)			
Encargos de Serviços do Sistema - ESS Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - PROINFA Rede Básica	11.082	-	11.082
	2.648	-	2.648
	5.477	-	5.477
Outros Itens Financeiros (b)			
Neutralidade da Parcela A	81	-	81
Total do Passivo	19.288	-	19.288

Valores definidos na Nota Técnica nº 276/2015/Aneel estão líquidos de amortização dos meses de novembro e dezembro de 2015.

Handwritten signatures and initials: "ref", "NG", "D", "P", "mm".

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

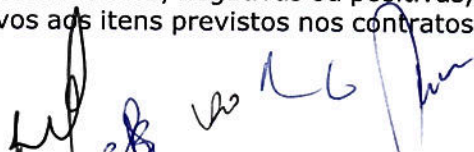
Os valores residuais líquidos registrados como valores a receber e devolver de Parcela A e outros itens financeiros apresentaram a movimentação no período demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	Ativo Circulante				Saldo em 31.12.2015
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Atualização	Amortização	
Parcela A - CVA					
Encargos de Serviços do Sistema - ESS Programa de Incentivo a Fontes	4.704	(1.374)	134	(3.464)	-
Alternativas de Energia - PROINFA	27.123		1.704	(28.827)	-
Energia Elétrica	56.892	72.207	4.859	(25.329)	108.629
Subtotal	88.719	70.833	6.697	(57.620)	108.629
Outros Itens Financeiros					
Garantias Financeiras na Contratação Regulada de EE (CCEAR)	1.163	-	-	(555)	608
Subtotal	1.163	-	-	(555)	608
Saldo final	89.882	70.833	6.697	(58.175)	109.237

DESCRIÇÃO	Passivo Circulante				Saldo em 31.12.2015
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Atualização	Amortização	
Parcela A - CVA					
Encargos de Serviços do Sistema - ESS Programa de Incentivo a Fontes	-	10.132	3.116	(2.166)	11.082
Alternativas de Energia - PROINFA	-	3.040	50	(442)	2.648
Rede Básica	-	6.322	250	(1.095)	5.477
CCC	58	-	-	(58)	-
Subtotal	58	19.494	3.416	(3.761)	19.207
Outros Itens Financeiros					
Neutralidade da Parcela A	234	97	-	(250)	81
Subtotal	234	97	-	(250)	81
Saldo final	292	19.591	3.416	(4.011)	19.288

a) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se tanto aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em novembro de 2015, quanto os montantes registrados como estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário (novembro de 2016). O cálculo da estimativa é feito da seguinte forma:

i) CVA Energia - é levado em consideração os custos incorridos na contratação da energia fornecida pelos PIEs e por meio de leilões, e na geração próprias das usinas pertencentes à Companhia. Os registros dos valores desembolsados pela Amazonas Energia são realizados de acordo com a competência do mês em que a energia foi fornecida. Após a conclusão dos registros, é realizada a consolidação do delta e da sua respectiva correção da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. Vale ressaltar que esta consolidação é feita de acordo com o que prevê as regras definidas pela própria Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

ii) CVA ESS - Os Encargos do Serviço de Sistema - ESS subsidiam a manutenção da confiabilidade e estabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional. Dentre esses custos leva-se em consideração os custos decorrentes da geração despachada independentemente da ordem de mérito, por restrições de transmissão dentro de cada submercado, bem como a reserva de potência operativa, em MW, disponibilizada pelos geradores para a regulação da frequência do sistema e sua capacidade de partida autônoma e tantos outros custos incorridos que não gerarão benefícios futuros. Os valores de ESS são extraídos do relatório de Liquidação Financeira SUM001, no seu item Total de Encargos Consolidados, o qual tem o relatório ENC002 como correspondente. Assim como a CVA Energia, a CVA ESS também é consolidada e apresentada a ANEEL de acordo com a regras definidas pelo próprio Órgão Regulador.

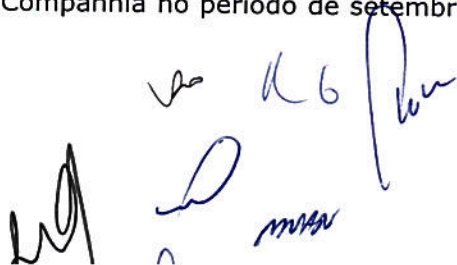
b) Outros itens financeiros

b.1) Neutralidade dos Encargos Setoriais

Em conformidade com o disposto na Subcláusula Décima Oitava da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão, a neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior, atualizadas pela taxa SELIC.

b.2) Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)

Foram reconhecidos os pagamentos efetuados pela Companhia no período de setembro de 2014 a agosto de 2015.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 12 - OUTROS ATIVOS

Os diversos créditos classificados no Ativo Circulante e Não Circulante apresentam o seguinte perfil:

DESCRIÇÃO	31.12.2015		31.12.2014	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Empregados	7.860	-	7.324	-
Arrendamentos e Aluguéis	7.886	-	9.073	-
Adiantamento a Fornecedores	8.525	-	13.741	-
Camara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	2.350	-	18.155	-
Serviços, Alienações e Dispêndios a Reembolsar e em Curso (a)	394.625	-	42.478	-
Desativações em Curso	1.347	-	1.422	-
Outros Devedores Diversos	10.217	-	2.967	9.072
Outros Devedores - Outras Partes Relacionadas	2.514	-	-	-
Outros Devedores - AmGT	60.551	-	-	-
Serviços pedidos	1.930	-	347	-
CDE - Equilíbrio da Redução de Tarifa	-	-	146.653	-
Concessionários e Permissionários	-	-	210.068	-
Despesas pagas antecipadamente	7.823	-	7.969	-
Materiais Destinados à alienações	25	-	1.068	-
(-) PCLD sobre outros créditos	(1.294)	-	(1.294)	-
Total	514.549	-	579.971	9.072

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Diversos dispêndios a reembolsar	543	625
Dispêndios a reembolsar em curso diversos	4.885	10.346
Dispêndios a reembolsar em curso (Outras Partes Relacionadas)	2.989	-
Dispêndios a reembolsar em curso (AmGT)*	367.136	-
Alienações em curso	260	109
Serviços em curso	18.812	31.398
Total	394.625	42.478

* Referem-se aos valores a receber da AmGT, pelas Ordens de Reembolso - ODR's, do período de julho a dezembro de 2015, referentes aos gastos com compra de combustíveis, pagamento de salários de funcionários da AmGT, serviço da dívida e outros gastos operacionais, que foram pagos pela Companhia em favor da AmGT. O encontro de contas entre a Companhia e a AmGT para reembolso desses gastos está previsto para o exercício de 2016.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 13 - INVESTIMENTOS

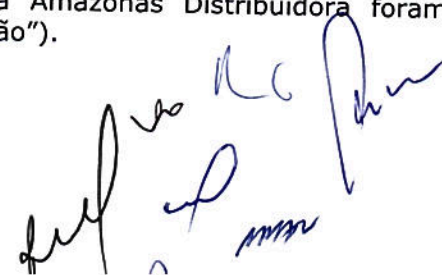
Os investimentos estão registrados, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Terrenos	1.661	1.661
Edificações, obras civis e benfeitorias	129	129
Máquinas e equipamentos	136	136
Participações societárias permanentes	204.547	11.012
Total	206.473	12.938

No quadro abaixo está contemplado o detalhamento do total da rubrica:

<u>INVESTIMENTOS</u>	31.12.2015	31.12.2014
a) Custo de aquisição	6	6
Outras	6	6
b) Equivalência Patrimonial	204.541	11.007
Centrais Elétricas do Norte S.A	10.997	5.872
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A *	436.750	10
Equivalência Patrimonial	(243.206)	5.125
c) Outros	1.926	1.925
Terrenos	1.661	1.661
Edificações	129	129
Máquinas e Equipamentos	136	135
Total	206.473	12.938

*O valor de R\$ 436.750 refere-se à realização de um aumento de capital (drop down) na AmGT, através da transferência de bens, direitos e obrigações associados às atividades de geração e transmissão da capital. Esse investimento foi reconhecido com base nos valores históricos dos bens, direitos e obrigações, sem geração de ágio ou deságio e contabilizado por meio do método de equivalência patrimonial baseado no CPC 18.38-39, com o propósito específico de transferir o Acervo Líquido em virtude da desverticalização. Nesse sentido, as atividades de geração e transmissão de energia elétrica até então exercidas pela Amazonas Distribuidora foram segregadas de sua atividade de distribuição ("Desverticalização").



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 14 - ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Descrição	31.12.2015					Saldo em 31.12.2015
	Saldo em 31.12.2014	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS*	BAIXA AmGT **	VNR	
Geração	1.592.670	69.581	45.415	(1.154.876)	29.481	582.271
Ativo Financeiro Indenizável - Em serviço	720.043	-	40.276	(333.954)	29.481	455.846
Ativo Financeiro Indenizável - Em Curso	872.627	69.581	5.139	(820.922)		126.425
Distribuição	1.431.442	88.335	(69.145)	(213.548)	121.659	1.358.743
Ativo Financeiro Indenizável - Em serviço	352.620	-	123.798	(24.427)	121.659	573.650
Ativo Financeiro Indenizável - Em Curso	1.078.822	88.335	(192.943)	(189.121)		785.093
Total	3.024.112	157.916	(23.730)	(1.368.424)	151.140	1.941.014

*vide quadro de transferências na nota explicativa nº 15 - Imobilizado

** Em virtude da desverticalização, ocorrida em 1 de julho de 2015, a Companhia apurou um montante de R\$ 1.368.424 referente ao ativo financeiro de geração e transmissão da capital que foi transferido para a empresa de Geração e Transmissão criada com este propósito.

Descrição	31.12.2014							Saldo em 31.12.2014
	Saldo em 31.12.2013	ADIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	BAIXA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	IMPAIRMENT	VNR	
Geração	1.931.993	79.333	(339.490)	(21.736)	1.417	(99.151)	40.304	1.592.670
Ativo Financeiro Indenizável - Em serviço	1.050.497	-	(277.936)	(21.736)	1.417	(72.503)	40.304	720.043
Ativo Financeiro Indenizável - Em Curso	881.496	79.333	(61.554)	-	-	(26.648)		872.627
Distribuição	1.107.237	306.123	(231.746)	(133)	(84.316)	-	334.277	1.431.442
Ativo Financeiro Indenizável - Em serviço	293.913	-	(275.437)	(133)	-		334.277	352.620
Ativo Financeiro Indenizável - Em Curso	813.324	306.123	43.691		(84.316)			1.078.822
Total	3.039.230	385.456	(571.236)	(21.869)	(82.899)	(99.151)	374.581	3.024.112

A Amazonas Energia celebrou contrato (Ordem de Compra nº 95.541/2015), para prestação de serviço de consultoria, com vistas a realizar unitizações de obras nos moldes da Resolução ANEEL nº 367/2009 e adequação do Relatório de Controle Patrimonial - RCP para atender requisitos das Resoluções ANEEL nº 396/2010 de 23/02/2010 e 367 de 26/06/2009. Em 2015, a Companhia unitizou o montante de R\$ 221.593 de ativos vinculados à concessão.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no valor novo de reposição ("VNR"), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 20/2001, de 21 de março de 2001, e o de nº 001/2010, de 22 de junho de 2010, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionário - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, no qual onde:


- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para que classe de consumidores os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, de devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. O preço da tarifa da geração é repassado para a distribuição mediante o valor do ACR.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração e distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo Ativo Imobilizado da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo

11



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar ou licitar.

NOTA 15 - INTANGÍVEL

Com a adoção da ICPC 01 (R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

Este grupo é formado pelo Intangível-Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados) e os demais direitos que já faziam parte deste grupo e não foram bifurcados (que corresponde à rubrica Outros), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Intangível - Concessão	116.756	557.701
Outros	64.542	63.141
Total	181.298	620.842

Abaixo está demonstrada a abertura dos valores do grupo Intangível, em Serviço e em Curso:

DESCRIÇÃO	31.12.2015			31.12.2014	
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	442.446	(391.060)	(2.960)	48.426	426.959
Outros	53.899	(27.425)	-	26.474	15.651
Subtotal	496.345	(418.485)	(2.960)	74.900	442.610
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	104.586	-	(36.256)	68.330	130.742
Outros	38.068	-	-	38.068	47.490
Subtotal	142.654	-	(36.256)	106.398	178.232
Total	638.999	(418.485)	(39.216)	181.298	620.842

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: [Signature]
 - Middle right: [Signature]
 - Bottom left: [Initials]
 - Bottom right: [Initials]

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

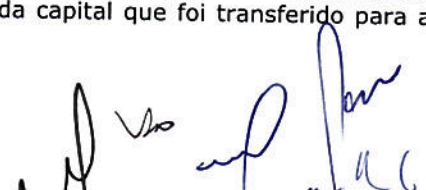
DESCRIÇÃO	31.12.2014			31.12.2013	
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	1.115.199	(587.777)	(100.463)	426.959	4.884
Outros	38.769	(23.118)	-	15.651	19.702
Subtotal	1.153.968	(610.895)	(100.463)	442.610	24.586
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	165.697	-	(34.955)	130.742	61.713
Outros	47.490	-	-	47.490	35.314
Subtotal	213.187	-	(34.955)	178.232	97.027
Total	1.367.155	(610.895)	(135.418)	620.842	121.613

No quadro abaixo está demonstrada a movimentação do Ativo Intangível:

MUTACÃO DO ATIVO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2014	ADIÇÕES	BAIXAS AmGT **	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS *	Saldo em 31.12.2015
Vinculados à Concessão - Geração	400.921	(6.923)	(365.796)	(16.417)	2.979	14.764
Em serviço	345.534	(6.914)	(316.614)	(16.417)	2.540	8.128
Ativo Intangível	819.632	3.164	(705.820)	(20.375)	2.540	99.141
Amortização acumulada	(430.503)	(16.823)	352.653	3.958	-	(90.716)
Obrigações especiais	(28.333)	-	26.007	-	-	(2.326)
Impairment	(28.561)	-	28.561	-	-	-
Amortização das obrigações especiais	13.300	6.744	(18.015)	-	-	-
Em curso	55.387	(9)	(49.182)	-	439	2.028
Ativo Intangível	75.889	62	(55.606)	-	439	6.636
Obrigações especiais	(14.695)	(71)	617	-	-	20.784
Impairment	(5.807)	-	5.807	-	-	(14.148)
Vinculados à Concessão - Distribuição	156.780	(75.541)	(10.910)	-	-	101.992
Em serviço	81.427	(77.006)	(237)	-	31.664	40.299
Ativo Intangível	324.132	-	(16.941)	-	36.115	343.305
Amortização acumulada	(218.143)	(98.900)	16.699	-	36.115	(300.344)
Obrigações especiais	(72.132)	-	15	-	-	(72.117)
Amortização das obrigações especiais	47.570	21.894	(10)	-	-	69.454
Em curso	75.353	1.465	(10.674)	-	(4.451)	61.693
Ativo Intangível	95.614	3.313	(10.674)	-	(4.451)	83.800
Obrigações especiais	(20.261)	(1.847)	-	-	-	(22.107)
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangi	63.141	3.594	(5.357)	-	3.164	64.542
Administração*						
Em serviço	38.769	-	(1.561)	-	16.691	53.899
Amortização acumulada	(23.118)	(4.307)	-	-	-	(27.425)
Em curso	47.490	7.901	(3.796)	-	(13.527)	38.068
Total	620.842	(78.870)	(382.064)	(16.417)	37.807	181.298

*vide quadro de transferências na nota explicativa nº 15 - Imobilizado

** Em virtude da desverticalização, ocorrida em 1 de julho de 2015, a Companhia apurou um montante de R\$ 382.064 referente ao ativo intangível de geração e transmissão da capital que foi transferido para a empresa de Geração e Transmissão criada com este propósito.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

<u>MUTACÃO DO ATIVO INTANGÍVEL</u>	Saldo em 31.12.2013	ADIÇÕES	BAIXAS	*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	Saldo em 31.12.2014
Vinculados à Concessão - Geração	66.596	(40.026)	(5.486)	379.837	400.921
Em serviço	4.885	(34.400)	(5.486)	380.535	345.534
Ativo Intangível	487.690	-	(5.193)	337.136	819.633
Amortização acumulada	(404.065)	(69.838)	-	43.399	(430.504)
Obrigações especiais	(28.333)	-	-	-	(28.333)
Impairment	(50.407)	22.138	(293)	-	(28.562)
Amortização das obrigações especiais	-	13.300	-	-	13.300
Em curso	61.711	(5.626)	-	(698)	55.387
Ativo Intangível	76.406	181	-	(698)	75.889
Obrigações especiais	(14.695)	-	-	-	(14.695)
Impairment	-	(5.807)	-	-	(5.807)
Vinculados à Concessão - Distribuição	-	(53.672)	(2)	210.454	156.780
Em serviço	-	(127.563)	(2)	208.992	81.427
Ativo Intangível	58.525	-	(2)	265.609	324.132
Amortização acumulada	19.913	(183.970)	-	(54.086)	(218.143)
Obrigações especiais	(69.601)	-	-	(2.531)	(72.132)
Contrato oneroso	-	-	-	-	-
Impairment	(15.469)	15.469	-	-	-
Amortização das obrigações especiais	6.632	40.938	-	-	47.570
Em curso	-	73.891	-	1.462	75.353
Ativo Intangível	95.338	1.345	-	(1.069)	95.614
Obrigações especiais	(22.648)	(144)	-	2.531	(20.261)
Impairment	(72.690)	72.690	-	-	-
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	55.017	8.078	-	46	63.141
Administração					
Em serviço	39.385	-	-	(616)	38.769
Amortização acumulada	(19.067)	(4.051)	-	-	(23.118)
Em curso	34.699	12.129	-	662	47.490
Total	121.613	(85.620)	(5.488)	590.337	620.842

O prazo final da concessão expirou em 7 de julho de 2015, todo o intangível vinculado à concessão deveria ter sido reclassificado para o ativo financeiro, porém, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF esclareceu que mesmo com o término dos prazos contratuais, à luz da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe em seu art. 41, §2º:

“as concessões permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses”.

Assim a Companhia procedeu a rebifurcação dos saldos intangíveis da concessão, desta forma, os valores registrados nesta rubrica, contemplam o direito de uso da concessão pelos próximos 18 meses, os que superam esse período, estão registrados no Ativo Financeiro - Concessões de Serviço Público.

Handwritten signature and initials

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração e distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração e distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

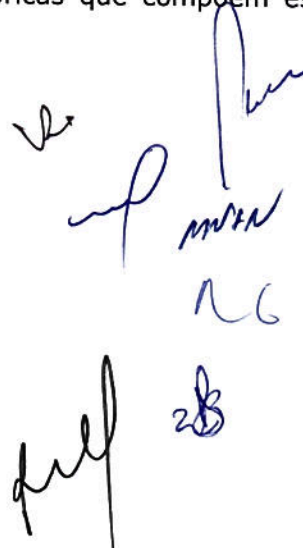
Para o cálculo da amortização dos bens que compõem a infraestrutura é utilizado a taxa média regulatória de 2,96% para a Geração e 3,64% para a Distribuição.

a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

NOTA 16 - IMOBILIZADO

Os valores registrados neste grupo compreendem os bens de uso administrativo e os ativos, objeto de arrendamento mercantil financeiro. Segue abaixo as rubricas que compõem esse grupo:



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2015			31.12.2014	% Taxas de depreciação (a.a)
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
EM SERVIÇO					
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	134	3,33%
Edificações, obras civis e benfeitorias	13.934	(6.253)	7.681	57.637	3,36%
Máquinas e equipamentos	85.551	(64.780)	20.771	6.468	4,00%
Máquinas e equipamentos - arrendamento financeiro	1.730.922	(565.110)	1.165.812	1.223.509	3,36%
Veículos	16.370	(13.866)	2.504	5.032	14,29%
Móveis e utensílios	14.252	(5.757)	8.495	10.213	6,25%
Terrenos	894	-	894	1.608	
	<u>1.861.923</u>	<u>(655.766)</u>	<u>1.206.157</u>	<u>1.304.601</u>	
EM CURSO					
Edificações, obras civis e benfeitorias	18.113	-	18.113	2.948	
Máquinas e equipamentos	30.533	-	30.533	58.934	
Veículos	(1.308)	-	(1.308)	1.309	
Móveis e utensílios	6.900	-	6.900	1.241	
Outros	9.821	-	9.821	7.374	
	<u>64.059</u>	<u>-</u>	<u>64.059</u>	<u>71.806</u>	
Total	1.925.982	(655.766)	1.270.216	1.376.407	

DESCRIÇÃO	31.12.2014			31.12.2013 (Reapresentado)	% Taxas de depreciação (a.a)
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
EM SERVIÇO					
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.521	(1.387)	134	185	3,33%
Edificações, obras civis e benfeitorias	340.508	(282.871)	57.637	69.277	3,36%
Máquinas e equipamentos	77.294	(70.826)	6.468	13.372	4,00%
Máquinas e equipamentos - arrendamento financeiro	1.730.922	(507.413)	1.223.509	1.281.149	3,36%
Veículos	19.596	(14.564)	5.032	7.128	14,29%
Móveis e utensílios	19.897	(9.684)	10.213	10.167	6,25%
Terrenos	1.608	-	1.608	1.608	
	<u>2.191.346</u>	<u>(886.745)</u>	<u>1.304.601</u>	<u>1.382.886</u>	
EM CURSO					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.948	-	2.948	1.540	
Máquinas e equipamentos	58.934	-	58.934	59.702	
Veículos	1.309	-	1.309	1.309	
Móveis e utensílios	1.241	-	1.241	1.933	
Outros	7.374	-	7.374	19.336	
	<u>71.806</u>	<u>-</u>	<u>71.806</u>	<u>83.820</u>	
Total	2.263.152	(886.745)	1.376.407	1.466.706	

Handwritten signatures and initials:
 - A large signature on the right side.
 - Initials "na" and "P" in the middle.
 - Initials "MAN" at the bottom right.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A movimentação do grupo está demonstrada abaixo:

<u>MUTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO</u>	Saldo em 31.12.2014 (Reapresentado)	ADIÇÕES	*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	BAIXASAmG T **	Saldo em 31.12.2015
Geração	62.521	(6.776)	-	(24.161)	31.584
Em serviço	346.927	-	149	(311.549)	35.527
Depreciação Acumulada	(308.062)	(6.776)	-	287.388	(27.450)
Em curso	23.656	-	(149)	-	23.507
Administração / Comercialização / Distribuição	90.377	1.434	(14.077)	(4.914)	72.820
Em serviço	113.498	-	2.030	(20.053)	95.475
Depreciação Acumulada	(71.269)	(7.945)	-	16.008	(63.206)
Em curso	48.150	9.379	(16.107)	(869)	40.553
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2)	-	-	-	(2)
Arredamento Mercantil - Leasing	1.223.509	(57.697)	-	-	1.165.812
Arredamento Mercantil	1.730.922	-	-	-	1.730.922
Depreciação Acumulada	(507.413)	(57.697)	-	-	(565.110)
Total	1.376.407	(63.039)	(14.077)	(29.075)	1.270.216

<u>MUTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO</u>	Saldo em 31.12.2013 (Reapresentado)	ADIÇÕES	*TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	BAIXAS	Saldo em 31.12.2014
Geração	75.064	(12.542)	(1)	-	62.521
Em serviço	346.992	-	(65)	-	346.927
Depreciação Acumulada	(295.592)	(12.542)	72	-	(308.062)
Em curso	23.664	-	(8)	-	23.656
Administração / Comercialização / Distribuição	110.493	(1.016)	(19.100)	-	90.377
Em serviço	112.362	-	1.136	-	113.498
Depreciação Acumulada	(62.021)	(9.175)	(73)	-	(71.269)
Em curso	60.154	8.159	(20.163)	-	48.150
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2)	-	-	-	(2)
Arredamento Mercantil - Leasing	1.281.149	(57.640)	-	-	1.223.509
Arredamento Mercantil	1.730.922	-	-	-	1.730.922
Depreciação Acumulada	(449.773)	(57.640)	-	-	(507.413)
Total	1.466.706	(71.198)	(19.101)	-	1.376.407

** Em virtude da desverticalização, ocorrida em 1 de julho de 2015, a Companhia apurou um montante de R\$ 29.075 referente ao ativo imobilizado de geração e transmissão da capital que foi transferido para a empresa de Geração e Transmissão criada com este propósito.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Quadro de Transferências - Ativo Financeiro - Intangível e Imobilizado

*As transferências são realizadas entre os grupos de Ativo Financeiro, Intangível e Imobilizado, não somente dentro dos próprios grupos. Desta forma, as transferências devem ser visualizadas no conjunto dos grupos (Ativo Financeiro, Imobilizado e Intangível), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2015				Total
	EM SERVIÇO		EM CURSO		
	VALOR HISTÓRICO	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	VALOR LÍQUIDO	
Grupos					
Ativo Financeiro Concessao	164.074	164.074	(187.804)	(187.804)	(23.730)
Intangível - vinculados à concessão	38.654	38.654	(4.012)	(4.012)	34.642
Intangível - não vinculados à concessão	16.691	16.691	(13.526)	(13.526)	3.165
Imobilizado	2.030	2.030	(16.107)	(16.107)	(14.077)
Total	221.449	221.449	(221.449)	(221.449)	-

DESCRIÇÃO	31.12.2014							Total
	EM SERVIÇO			EM CURSO				
	VALOR HISTÓRICO	DEPRECIACÃO/ AMORTIZAÇÃO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	
Grupos								
Ativo Financeiro Concessão	(553.373)	-		(553.373)	(17.863)		(17.863)	(571.236)
Intangível - vinculados à concessão	602.745	(10.687)	(2.531)	589.527	(1.767)	2.531	764	590.291
Intangível - não vinculados à concessão	-	(616)	-	(616)	662	-	662	46
Imobilizado	1.071	(1)	-	1.070	(20.171)	-	(20.171)	(19.101)
Total	50.443	(11.304)	(2.531)	36.608	(39.139)	2.531	(36.608)	-

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL nº. 474, de 07 de fevereiro de 2012.

Não houve capitalização de juros nos exercícios de 2015 e 2014.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

**NOTA 17 - ANÁLISE DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS NÃO
FINANCEIRO**

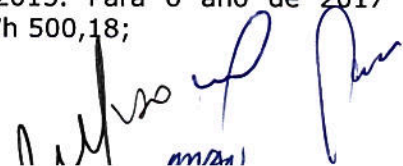
Para o exercício de 2015, com base nas premissas determinadas e nos resultados dos cálculos efetuados pela Administração da Companhia, concluiu-se que não houve necessidade de registrar Impairment na Companhia uma vez que o fluxo de caixa descontado acumulado supera os ativos testados.

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. A análise foi realizada considerando o prazo final de concessão.

As premissas do fluxo de caixa estão alinhadas com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

As principais premissas utilizadas na elaboração do teste de recuperabilidade foram:

- a) **PMSO:** foram retiradas as recuperações de despesas diversas que afetavam diretamente o PMSO da Distribuição e Geração Associada. O intuito foi mostrar o comportamento efetivo da rubrica. Os dados foram baseados no realizado até dezembro de 2015. Em 2016 foi adotado o PMSO de 2015 e para 2017 apenas 50% do valor do ano anterior.
- b) **Provisões e Reversões:** só foram adicionados os valores referentes as Perdas, considerando que trata-se de um fator que faz parte do negócio (venda de energia elétrica);
- c) **Depreciação:** foram considerados os valores registrados da amortização dos ativos vinculados da Distribuição e Geração Associada. Em 2016 foi adotado o valor do exercício de 2015 e para 2017 apenas 50% do valor do ano anterior;
- d) **Resultado Financeiro e Resultado não Operacional:** por se tratar de rubricas que não contribuem para o cálculo do impairment, não foram projetados tais valores;
- e) **Capital de Giro:** valores com base no balanço de dezembro de 2015, excluídos os valores das seguintes rubricas: Empréstimos, Fornecedores, Parcelamentos (Petrobrás e Cigás) e Reembolso CCC.
- f) **Mercado e Perdas de Energia:** considerou-se a energia requerida bruta realizada em 2015 com a atualização de crescimento de 3%. Para o primeiro semestre de 2017, considerou-se apenas 50% da energia requerida bruta de 2016. O percentual de Perdas adotado no teste foi a média dos 3 últimos anos;
- g) **Tarifa de Energia:** Para o ano de 2016 considerou-se a aplicação do IRT de outubro, homologado pela Resolução Homologatória nº 1.980/2015. Para o ano de 2017 considerou-se a tarifa bruta de dezembro de 2016 R\$/MWh 500,18;


11/12/2015

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

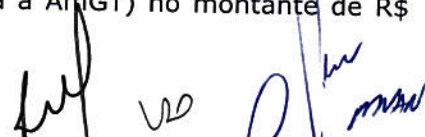
- h) **Compra de Energia:** Os valores de 2016 estão de acordo com os dados de contratos e para 2017 foi considerado 50%;
- i) **Taxa de Desconto:** utilizado o WACC (7,01%) definido pela Holding.
- j) **Receita de Fornecimento e Outras Receitas:** Para 2016 considerou-se o valor do realizado de 2015 com um incremento de valores referentes aos Contratos CCEE. Com relação as Outras Receitas em 2017 foi considerado 50% do valor de 2015;
- k) **Deduções da Receita:** Foi considerado como parâmetro o valor do percentual médio realizado de janeiro a dezembro de 2015;
- l) **Encargos de uso do sistema - PROINFA:** A projeção do PROINFA está de acordo com a Resolução Homologatória 2003/2015 que estabelece, para o ano de 2016, as quotas de custeio e as de energia elétrica referente ao referido Programa.

NOTA 18 - FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores decorrem da compra de energia elétrica para revenda, da compra de combustíveis e pelo fornecimento de materiais e serviços. As mesmas estão compostas da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores de materiais e serviços nacionais (a)	3.733.502	1.465.845
Fornecedores - Produtores Independentes	337.006	313.326
Fornecedores Compra de Energia Elétrica - AmeGT (b)	280.421	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (d)	165.689	15.430
Encargos de uso da rede elétrica	6.957	-
Parcelamentos Petrobras (c)	645.145	645.162
Total	5.168.720	2.439.763
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Parcelamentos Petrobras (c)	7.648.126	7.326.768
Total	7.648.126	7.326.768

- a) Nesta rubrica estão registradas as transações com fornecimento de materiais e serviços, destacando principalmente, a dívida corrente com Petróleo Brasileiro S.A- Petrobrás no montante de R\$ 1.743.357 (R\$ 469.917 em 2014) e com a Companhia de Gás do Amazonas-Cigás no montante de R\$ 1.819.777 (R\$ 842.344 em 2014), referente ao fornecimento de derivados de petróleo para produção energia elétrica.
- b) A partir do mês de julho de 2015, em função do processo de Desverticalização, a AmGT começou a faturar os Contratos de Compra e Venda de Energia - CCVE para a Companhia, sendo o valor a pagar em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 118.116. Nesta rubrica também está registrado o valor do repasse CCEE (a energia disponibilizada no SIN que deixou de compor a receita da Companhia e deverá ser repassada à AmGT) no montante de R\$ 162.304.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- c) Refere-se a três Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida e respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A, relativo ao fornecimento de produtos derivados de petróleo, assinados em 31/12/2014, nos respectivos montantes i) R\$ 3.257.366; ii) R\$ 2.925.921 e iii) R\$ 1.018.441. Os instrumentos prevêm amortização em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, pela variação pro rata dia, considerado desde a data da assinatura do contrato até a data do seu respectivo vencimento, sendo que o vencimento da primeira parcela foi em 20/02/2015 e a última parcela em 30/01/2025. Em 2015 foram amortizadas 11 parcelas desses respectivos montantes. Cabe destacar que a inadimplência com a Petrobras e Cigás é oriunda dos atrasos nos repasses dos recursos financeiros advindos da CCC.

Essas obrigações estão sendo atualizadas monetariamente, pela taxa SELIC, em contrapartida na rubrica de Despesas Financeiras, no resultado do exercício de 2015 no montante de R\$ 983.955.

- d) Refere-se aos registros de Compra de Energia do ambiente ACR no montante de R\$ 24.670. Nesta Rubrica está registrado também os valores das transações da liquidação financeira no MCP decorrente do processo de Recontabilização nº 2719 referente a dois pontos da SE Mauá III onde suas grandezas elétricas não estavam sendo medidas pela CCEE. Sendo que do montante de R\$ 172.049 registrado, a Companhia deverá pagar em 5 parcelas iguais e sucessivas, conforme despacho nº 4.040 de 15 de dezembro de 2015, sendo que a 1 parcela foi compensada na liquidação financeira de Dezembro de 2015.

Handwritten notes:
✓
f
mm
RG
28

Handwritten signature:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 19 - EMPRÉSTIMOS

a) Composição:

FINANCIADORES	Encargos Financeiros anuais (%)	31.12.2015			31.12.2014				
		Circulante		Total	Circulante		Total		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal			
.ECF-1554/97	12,00	-	-	-	-	4.407	2.902	7.309	
.ECF-2057/00	7,00	-	-	-	-	9.804	-	9.804	
.ECF-2082/01	7,00	-	2.780	2.084	4.864	2.780	4.864	7.644	
.ECF-2116/01	7,00	-	2.262	13.946	16.208	2.262	16.208	18.470	
.ECF-2117/01	7,00	-	-	-	-	2.247	-	2.247	
.ECF-2131/02	7,00	-	-	-	-	414	-	414	
.ECF-2132/02	7,00	-	-	-	-	246	-	246	
.ECF-2133/02	7,00	-	900	300	1.200	900	1.200	2.100	
.ECF-2267/03	7,00	-	4.436	18.114	22.550	4.436	22.550	26.986	
.ECF-2286/03	7,00	-	-	-	-	125	-	125	
.ECF-2292/03	7,00	-	7	-	7	98	-	98	
.ECF-2299/03	7,00	-	-	-	-	216	-	216	
.ECF-2301/03	7,00	-	-	-	-	1.974	-	1.974	
.ECF-2327/04	7,00	-	-	-	-	2.079	-	2.079	
.ECF-2330/04	7,00	-	51	-	51	671	-	671	
.ECF-2331/04	7,00	-	3	-	3	39	-	39	
.ECF-2332/04	7,00	-	40	-	40	526	-	526	
.ECF-2345/04	7,00	-	39	-	39	513	-	513	
.ECF-2447/04	7,00	-	-	-	-	710	-	710	
.ECF-2452/04	7,00	-	336	1.370	1.706	336	1.706	2.042	
.ECF-2459/05	7,00	-	3.845	18.262	22.107	3.844	22.107	25.951	
.ECF-2571/06	7,00 + CRC ¹	-	2.737	-	2.737	3.650	2.737	6.387	
.ECF-2572/06	7,00 + CRC ¹	-	510	-	510	680	510	1.190	
.ECF-2573/06	7,00 + CRC ¹	-	1.503	-	1.503	2.004	1.503	3.507	
.ECF-2642/07	7,00 + CRC ¹	-	6.769	-	6.769	8.592	7.203	15.795	
.ECF-2644/07	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	1.329	7.643	8.972	
.ECF-2645/07	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	682	3.924	4.606	
.ECF-2653/07	7,00 + CRC ¹	-	922	-	922	1.229	921	2.150	
.ECF-2672/07	7,00 + CRC ¹	-	1.329	-	1.329	1.329	1.329	2.658	
.ECF-2707/08	7,00 + CRC ¹	-	6.067	7.584	13.651	6.067	13.652	19.719	
.ECF-2712/08	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	2.874	2.874	5.748	
.ECF-2719/08	7,00 + CRC ¹	-	1.416	236	1.652	1.416	1.652	3.068	
.ECF-2748/09	7,00 + CRC ¹	-	245	41	286	246	286	532	
.ECF-2765/09	7,00 + CRC ¹	-	16.922	21.153	38.075	16.922	38.075	54.997	
.ECF-2766/09	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	21.259	47.833	69.092	
.ECF-2770/09	7,00 + CRC ¹	-	304	163	467	303	444	747	
.ECF-2777/09	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	2.668	4.447	7.115	
.ECF-2782/09	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	15.742	23.612	39.354	
.ECF-2783/09	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	1.306	2.069	3.375	
.ECF-2814/11	7,00 + CRC ¹	-	1.324	1.655	2.979	1.323	2.978	4.301	
.ECF-2827/10	7,00 + CRC ¹	-	941	7.603	8.544	862	8.504	9.366	
.ECF-2841/11	7,00 + CRC ¹	-	2.189	2.737	4.926	2.190	4.926	7.116	
.ECF-2843/10	7,00 + CRC ¹	-	4.748	4.748	9.496	4.748	9.495	14.243	
.ECF-2862/10	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	562	3.933	4.495	
.ECF-2864/10	7,00 + CRC ¹	-	82	494	576	82	577	659	
.ECF-2875/10	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	331	2.486	2.817	
.ECF-2883/10	7,00 + CRC ¹	-	514	3.685	4.199	514	4.199	4.713	
.ECF-2887/10	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	135	1.010	1.145	
.ECF-2891/10	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	172	1.289	1.461	
.ECF-2903/10	IPCA	5	-	67.720	67.725	-	-	19.618	
.ECF-2910/11	7,00 + CRC ¹	-	500	3.250	3.750	500	3.749	4.249	
.ECF-2923/11	7,00 + CRC ¹	-	5.015	10.866	15.881	5.015	15.881	20.896	
.ECF-2925/11	7,00 + CRC ¹	-	-	-	-	84	619	703	
.ECF 3016/12	Selic + Spread	-	216	1.341	1.557	-	1.558	1.558	
.ECF 3023/12	Selic + Spread	-	-	-	-	106.443	-	106.443	
.ECF 3025/12	Selic + Spread	-	-	-	-	66.492	154.959	221.451	
ECF 3120/14	Selic + Spread	-	-	-	-	188.373	-	188.373	
RES 0392/13	Selic + Spread	-	-	-	-	141.863	-	141.863	
RES 0561/14	CDI	-	23.160	313.886	337.046	73	400.000	400.073	
RES 0737/14	CDI	-	49.659	684.151	733.810	169	649.531	649.700	
Total		5	141.771	1.185.389	1.327.165	242	646.614	1.517.563	2.164.419

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
 FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

b) A composição do principal dos empréstimos em não circulante tem seus vencimentos assim programados:

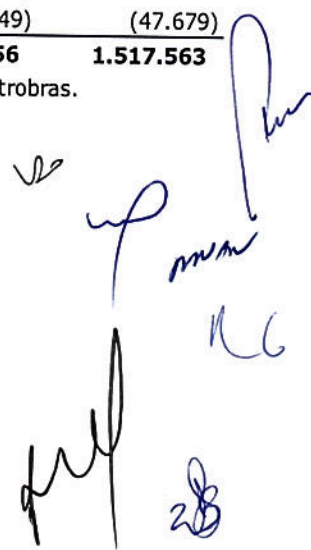
VENCIMENTOS DAS PARCELAS DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

	31.12.2015	31.12.2014
2016	0	237.850
2017	232.625	305.742
2018	205.667	253.213
2019	200.995	203.447
2020	199.856	189.523
2021	194.521	183.685
Após 2021	151.725	144.103
Total	1.185.389	1.517.563

c) A movimentação dos empréstimos é como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	646.856	1.517.563	472.434	715.349
Empréstimos obtidos *	-	44380*	93.278	1.427.943
Incorporação de Encargos	-	3.705	-	-
Desverticalização	(592.877)	(324.906)	-	-
Transferências	193.096	(193.096)	578.050	(578.050)
Encargos financeiros provisionados	93.918	137.744	173.652	-
Encargos financeiros pagos	(73.282)	-	(173.409)	-
Amortização	(125.934)	-	(497.149)	(47.679)
Saldo no final do período	141.777	1.141.010	646.856	1.517.563

(*) Refere-se as liberações de recursos dos Empréstimos do Energia + pagos pela Eletrobras.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

d) A composição do saldo da dívida, por indexador está demonstrada abaixo:

Composição do saldo da dívida, por indexador:

Indexador	31.12.2015		31.12.2014	
	R\$	%	R\$	%
Índice de Atualização da RGR	1.327.166	100,00%	2.164.419	100,00%
Total	1.327.166	100,00%	2.164.419	100,00%
Principal	1.327.161	100%	2.164.177	100%
Encargos	5	0%	242	0%
Total	1.327.166	100,00%	2.164.419	100,00%

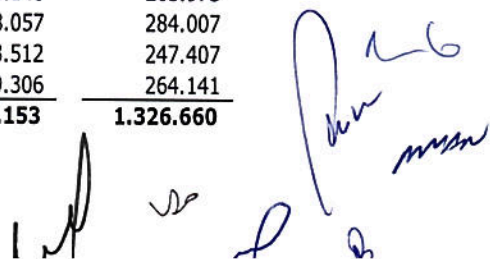
e) Cláusulas contratuais restritivas

Os contratos de empréstimos da Companhia possuem cláusulas que requerem comprovação integral dos recursos de qualquer parcela no prazo de até 6 (seis) meses, contados a partir da data da liberação do recurso, ou a verificação, pela Eletrobras, da sua aplicação indevida, desde que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da simples comunicação feita pela Eletrobras neste sentido, a Companhia não tenha adotado providência cabível para regularização/normalização da situação. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar na rescisão do contrato e consequente vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015 não há inadimplência da Companhia em relação a essa cláusula.

NOTA 20 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

31.12.2015					
CONTRATO	Taxa	Taxa do período	Circulante	Não circulante	Total
OC 1815/2005	IGPM	9,32	26.775	225.355	252.130
OC 1816/2005	IGPM	9,32	26.458	222.690	249.148
OC 1819/2005	IGPM	9,32	28.466	239.592	268.058
OC 1820/2005	IGPM	9,32	24.797	208.714	233.511
OC 1821/2005	IGPM	9,32	26.476	222.832	249.308
Total			132.972	1.119.183	1.252.155

31.12.2014					
CONTRATO	Taxa	Taxa do período	Circulante	Não circulante	Total
OC 1815/2005	IGPM	3,64	15.002	252.130	267.132
OC 1816/2005	IGPM	3,64	14.825	249.148	263.973
OC 1819/2005	IGPM	3,64	15.950	268.057	284.007
OC 1820/2005	IGPM	3,64	13.895	233.512	247.407
OC 1821/2005	IGPM	3,64	14.835	249.306	264.141
Total			74.507	1.252.153	1.326.660



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

a) A movimentação dos arrendamentos financeiros é como segue:

Saldo em 01.01.2015	1.326.660
Ingressos	138.673
Variação monetária	134.720
(-) Amortizações	(347.898)
Saldo em 31.12.2015	1.252.155

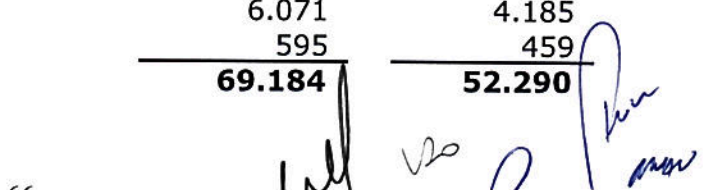
Saldo em 01.01.2014	1.393.826
Ingressos	-
Encargos	142.060
Variação monetária	125.408
(-) Amortizações	(334.634)
Saldo em 31.12.2014	1.326.660

b) A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, está demonstrada no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Menos de um ano	209.226	209.226
Mais de um ano e menos de cinco anos	836.902	836.902
Mais de cinco anos	924.080	1.133.304
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(718.054)	(852.772)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiro	<u>1.252.154</u>	<u>1.326.660</u>

NOTA 21 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de Renda	1.154	4.949
Tributos federais a recolher - MP 135/03 (a)	42.861	24.995
FGTS	2.539	2.198
ISS	7.513	6.945
INSS	8.451	8.559
ICMS	6.071	4.185
Outros	595	459
Total	<u>69.184</u>	<u>52.290</u>



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 22 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Encargos Sociais - INSS	2.907	6.976
Encargos Sociais - FGTS	879	2.124
SESI/SENAI/FNDE	271	661
Provisão de Férias	6.813	13.938
Provisão - Gratificação de Férias	6.290	12.661
Folha de Pagamento	15.472	22.347
Total	32.632	58.707

NOTA 23 - OUTROS PASSIVOS

DESCRIÇÃO	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações com coligadas/controladas/controladoras (a)	28.494	122.982	35.363	419.855
Credores Diversos	1.900	-	1.559	-
Multas Ambientais	400	-	400	-
Juros do Empréstimo Compulsório - ELETROBRAS	715	-	715	-
Contribuição de Iluminação Pública Arrecadada	9.935	-	6.636	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	12.320	14.724	15.839	11.616
Programa de Eficiência Energética - PEE (c)	17.106	36.395	19.550	27.059
Cauções em garantia	327	-	12.643	-
Outros	35.841	-	31.795	-
Total	107.038	174.101	124.500	458.530

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

a) Obrigações com Coligadas/Controladas/Controladoras

	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2014
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
MOEDA NACIONAL				
Empregados cedidos - Eletronorte	-	-	936	-
Materiais em poder de terceiros	-	-	30	-
Eletroacre - Fornecimento de Energia	2.258	-	-	-
CERON - Aquisição de Grupos Geradores	1.387	-	1.387	-
Eletrosul-Sistema de Transmissão	3.437	-	-	-
Eletrobras - diversos	4.137	-	-	-
CHESF-Sistema de Transmissão	70	-	-	-
Furnas- Sistema de Transmissão	84	-	-	-
CERON - leilão a devolver	-	-	5	-
Boa Vista - leilão a devolver	-	-	15	-
Eletroacre - leilão a devolver	-	-	4	-
Empregados cedidos - CERON	-	-	346	-
Empregados cedidos - Boa Vista Energia	1.289	-	1.288	-
Provisão do PIE El Paso - ELB*	-	-	-	335.516
Provisão demais PIE's - ELB**	-	122.982	-	84.339
Eletronorte- Sistema de Transmissão	15.832	-	31.352	-
Total	28.494	122.982	35.363	419.855

(*) O processo do PIE El Paso atualizado monetariamente foi transferido para a empresa AmGT em Julho de 2015 no montante de R\$ 353.078.

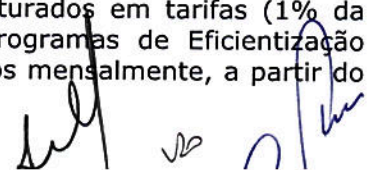
(**) O saldo de R\$ 122.982 em 31 de dezembro de 2015 refere-se aos processos dos seguintes PIE's: GERA - Geradora de Energia do Amazonas S/A (R\$57.665), Companhia Energética Manauara S/A (R\$ 58.347 referente a três processos), Rio Amazonas Energia S/A (R\$ 6.970). Todos os processos foram impetrados contra a holding Eletrobras por esta ser a garantidora deste contrato.

b) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Lei n° 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das Companhias concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica.

c) Programa de Eficiência Energética - PEE

A Companhia reconheceu o passivo relacionado a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

NOTA 24 - PROVISÕES PARA CAUSAS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição:

DESCRIÇÃO	31.12.2015		31.12.2014	
	Provisão para Causas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Causas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhista	70.697	105.133	73.783	109.548
Cíveis	162.929	154.052	137.687	205.910
Tributárias	2.610	-	2.069	-
Multas ANEEL	79.902	36.012	127.774	21.786
Outros	-	1.089	-	13.404
Total	316.138	296.286	341.313	350.648

A redução dos Depósitos Judiciais comparando com o exercício anterior justifica-se principalmente pelo valor de R\$ 55.450 que foi transferido para AmGT em decorrência do processo de Desverticalização.

b) Movimentação dos saldos:

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	Saldo em 31.12.2014	Adições	Reversões/Baixas	Atualizações	Transferências AmGT	Saldo em 31.12.2015
Trabalhistas (a)	73.783	44.181	(21.094)	6.507	(32.680)	70.697
Cíveis (b)	137.687	28.518	(18.561)	17.251	(1.966)	162.929
Multas ANEEL	127.774	16.815	(2.850)	16.941	(78.778)	79.902
Tributárias	2.069	323	-	218	-	2.610
Saldo final	341.313	89.837	(42.505)	40.917	(113.424)	316.138

DESCRIÇÃO	Saldo em 31.12.2013	Adições	Reversões/Baixas	Atualizações	Transferências	Saldo em 31.12.2014
Trabalhistas	58.473	31.646	(16.798)	462	-	73.783
Cíveis	140.003	24.467	(39.605)	12.822	-	137.687
Multas ANEEL	73.480	18.904	(11.463)	20.985	25.868	127.774
Tributárias	1.659	270	-	140	-	2.069
Saldo final	273.615	75.287	(67.866)	34.409	25.868	341.313

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- a) Do montante das adições de R\$ 44.181, destaca-se: i) R\$ 16.611 refere-se a causas trabalhistas de funcionários solicitando equiparação salarial e ii) R\$ 24.768 referem-se a causas trabalhistas de funcionários solicitando enquadramento no Plano de Cargo e Remuneração - PCR.

Em relação as baixas no montante R\$ 21.094, a maioria dos processos refere-se a Equiparação Salarial.

- b) Do montante de adições de R\$ 28.518 de causas cíveis, destaca-se: i) R\$ 9.870 referente a ação de cobrança da empresa Breitener Tambaqui S.A ; ii) R\$ 12.714 referente a ação de cobrança da empresa Companhia Energética Manauara S.A e iii) R\$ 3.337 referente a ação de cobrança da empresa GERA-Geradora de Energia S.A, processos movidos contra a Eletrobras por ser a garantidora do contrato.

Do montante de R\$ 18.561 de baixas, os processos mais relevantes são: i) R\$ 8.470 referente ao processo nº 0618499.07.2014 da empresa Powertech Engenharia Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos decorrente de execução de Título Extrajudicial de contrato administrativo; ii) R\$ 4.512 referente a processo por danos materiais e morais movido por pessoa física.

c) Natureza das causas:

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Trabalhistas e previdenciárias - consistem em ações movidas por empregados do quadro próprio e de empresas prestadoras de serviços, vinculadas a questões ligadas as relações de trabalho e emprego.
- Cíveis - A Companhia é parte em diversas ações cíveis, ligadas à relação de consumo, relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, além de ações que têm por objeto ação de cobrança de valores decorrentes de reequilíbrio ou reajuste de contratos.
- Fiscais/Tributárias - os principais processos tributários envolvem compensações não homologadas de PIS e COFINS, cobranças de contribuição previdenciária indevida, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigência de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de créditos de ICMS em razão dos subsídios da CCC, cobrança de ISS sobre serviços acessórios do serviço de distribuição de energia elétrica, cobranças de salário-educação de empregados, ITR sobre área alagada por hidroelétrica, pedido de devolução de PIS e COFINS pagos a

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

maior em face de inconstitucional majoração de base de cálculo, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública ou da COSIP paga.

d) Outras informações:

Quantidade de processos judiciais em 31.12.15

DESCRIÇÃO	Probabilidade de perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Trabalhistas	344	1.316	378	2.038
Cíveis	511	3.292	70	3.873
Tributárias	5	36	39	80
Total	860	4.644	487	5.991

(*) Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Quantidade de processos judiciais em 31.12.14

DESCRIÇÃO	Probabilidade de perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Trabalhistas	526	1.751	440	2.717
Cíveis	834	2.753	75	3.662
Tributárias	4	42	54	100
Total	1.364	4.546	569	6.479

(*) Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

A Companhia apresenta, a seguir, os processos trabalhistas, cíveis e tributários, cuja avaliação de risco de perda avaliada pelos assessores jurídicos é possível ou remota:

DESCRIÇÃO	31.12.2015		31.12.2014	
	Possíveis	Remotas	Possíveis	Remotas
Trabalhistas	239.356	79.053	404.924	114.810
Cíveis (b)	10.769.658	54.548	1.108.657	57.390
Tributárias (a)	1.823.873	436.911	1.852.997	465.431
Total	12.832.887	570.512	3.366.578	637.631

a) Refere-se a processos de tributos federais, estaduais e municipais que se encontram na esfera administrativa, destacando-se entre os principais:

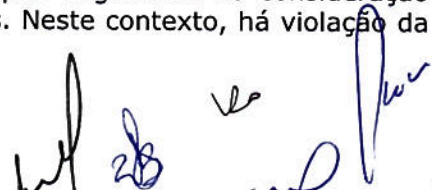
i) Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas - SEFAZ, com oito processos, no montante de R\$ 1.593.731, impetrados pela cobrança de valores de créditos de ICMS aproveitados pela Companhia em vários exercícios, cujo custo efetivo não foi pela Companhia suportado, em razão dos subsídios recebido da CCC, e outros créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia, em virtude de perdas técnicas e comerciais na distribuição de energia elétrica.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- ii) Quatorze processos no valor de R\$ 45.117 referente a autos de infrações lavrado em virtude de supostas diferenças no recolhimento da COFINS, PIS e ISS de vários períodos.
- iii) Um processo da Associação Brasileira Consumidores Água Energia Elétrica (ASSOBRAEE) no valor de R\$ 80.899 referente à Ação civil pública visando declarar a nulidade da Portaria nº 45/86 do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), bem com pedido de restituição de todas as quantias cobradas pela Companhia com base nessa majoração de março a novembro de 1986.
- iv) Um processo (Companhia x ANEEL) no valor de R\$ 99.036 referente a Ação ordinária visando à recomposição financeira, por meio de reajuste tarifário, das perdas incorridas pela Companhia em decorrência do método de devolução do PIS e da COFINS embutidos na tarifa determinado pela ANEEL, bem como a anulação do auto de infração nº 075/2008-SFF.

Os processos do PIE El Paso Rio Negro, divulgados nas demonstrações financeiras de dezembro de 2014, no montante de R\$ 170.680, lavrados para cobrança de ICMS sobre o suposto fornecimento de energia elétrica à Amazonas Energia no período de outubro de 1999 a junho de 2001, foram transferidos para a Amazonas Geradora e Transmissora de Energia, não sendo mais de responsabilidade desta Companhia.

- b) Referente principalmente a ação civil pública impetrada pela Associação Nacional dos Consumidores - ANDECO contra todas as Concessionárias de Energia Elétrica do país, referente prevenção e reparação de danos difusos contra consumidores, com pedido de liminar para que as empresas não cobrem nas faturas de energia dos consumidores, as perdas demandadas, mesmo que por rateio, assim como as perdas experimentadas por erro de faturamento ou de medição, furtos e fraudes do período de 2010 a 2014. A ANDECO pleiteia também a anulação de todas as Resoluções da Aneel que permitam a cobrança e a inclusão nas faturas de valores cobrados de perdas não-técnicas e técnicas. O valor da Ação é de R\$ 27.079.631, porém o valor cobrado à Amazonas Distribuidora de Energia S.A é de R\$ 9.627.121. A companhia considerou esse processo como possível por esses motivos:
 - A Associação autora não possui autorização para propor essa demanda, conforme exigido pelo Supremo Tribunal Federal, após julgamento de recurso repetitivo sobre o tema na forma do art.543 - C do CPC/73.
 - A referida Associação está com o CNPJ cancelado conforme comprovado no processo.
 - Esta ação civil não se trata de cobranças implementadas pela Companhia, mas sim, de critérios adotados pela Aneel (competência legal) a respeito dos elementos de composição da tarifa de energia elétrica, logo, cabe somente a Aneel, providências relacionadas ao tema em questão não havendo qualquer ilegalidade na consideração das perdas não técnicas na composição dessas tarifas. Neste contexto, há violação da competência exclusiva da Aneel.



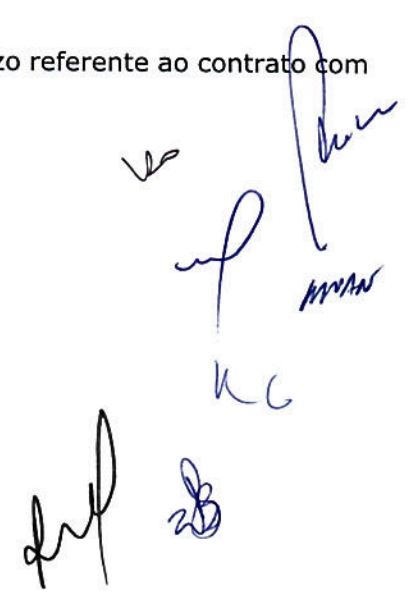
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 25 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica, combustível e gás são:

31.12.2015							
Gerador da Energia	Breitener Tambaqui	Breitener Jaraqui	Rio Amazonas Energia S.A	Cia Energética Manauara	GERA	Total	
	Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
2017	Preço MWh	0,25	0,25	0,24	0,22	0,23	0,24
	Total	131.400	131.400	136.656	115.632	120.888	635.888
	Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
2018	Preço MWh	0,26	0,26	0,25	0,23	0,24	0,25
	Total	136.656	136.656	142.350	120.888	126.144	662.606
	Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
2019	Preço MWh	0,28	0,28	0,27	0,25	0,26	0,27
	Total	147.168	147.168	153.738	131.400	136.656	716.042
	Volume MW	527.040	527.040	570.960	527.040	527.040	2.679.120
2020	Preço MWh	0,29	0,29	0,29	0,26	0,27	0,28
	Total	152.842	152.842	165.578	137.030	142.301	750.154
	Volume MW	525.600	525.600	569.400	525.600	525.600	2.671.800
2021	Preço MWh	0,31	0,31	0,30	0,27	0,28	0,29
	Total	162.936	162.936	170.820	141.912	147.168	785.509
	Volume MW	1.755.360	1.755.360	1.926.600	1.778.400	1.778.400	8.994.120
Após 2021	Preço MWh	0,36	0,36	0,35	0,32	0,33	0,34
	Total	631.930	631.930	674.310	569.088	586.872	3.093.977
Prazo							
Final do Contrato		04/05/2025	04/05/2025	20/05/2025	20/05/2025	20/05/2025	

No quadro abaixo está demonstrado os compromissos de longo prazo referente ao contrato com a Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS:



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

31.12.2015		
Fornecedor		Cigás
2017	Volume 1.000 m3	1.978.300
	Preço R\$/ m3	1,37
	Total Mil R\$	2.703.545
2018	Volume 1.000 m3	1.978.300
	Preço R\$/ m3	1,37
	Total Mil R\$	2.703.545
2019	Volume 1.000 m3	1.978.300
	Preço R\$/ m3	1,37
	Total Mil R\$	2.703.545
2020	Volume 1.000 m3	1.978.300
	Preço R\$/ m3	1,37
	Total Mil R\$	2.703.545
2021	Volume 1.000 m3	1.978.300
	Preço R\$/ m3	1,37
	Total Mil R\$	2.703.545
Após 2021	Volume 1.000 m3	19.614.980
	Preço R\$/ m3	1,37
	Total Mil R\$	26.805.832
Prazo Final dos Contratos:		31/11/2030

O Contrato de Fornecimento de Gás Natural nº OC 1902/2006 foi celebrado entre a Amazonas Energia (na época Manaus Energia) e Companhia de Gás Natural do Amazonas - CIGÁS, com a interveniência e anuência da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás e Eletrobras, com base no permissivo legal constante do art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/1993, de acordo com o processo de dispensa de licitação nº 189/2006.

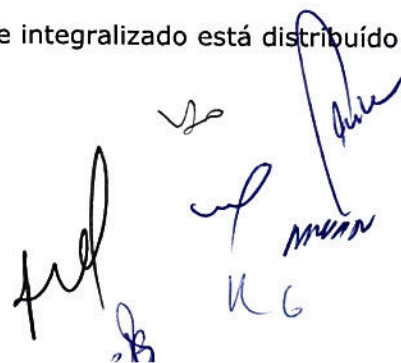
A celebração do mesmo partiu da decisão do Governo Federal em aumentar a participação do gás natural na matriz energética nacional, entendimentos estes constantes do Termo de Compromisso celebrado em 22 de abril de 2004, entre Petrobrás, Eletrobras, CIGÁS e Governo do Estado do Amazonas, com interveniência do MME.

O objeto do referido contrato é a venda pela CIGÁS e compra pela Amazonas Energia de gás natural para fins de geração termoeletrica. O suprimento de todas as usinas termoeletricas que operam com gás natural no Estado do Amazonas é feito por meio deste contrato.

Os preços praticados neste contrato foram homologados pela ANEEL. O Fundo CCC considera como Custo de Geração da Amazonas Energia os gastos provenientes deste contrato, dessa forma, o gás natural deste contrato é reembolsável pelo Fundo CCC.

NOTA 26 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, totalmente integralizado está distribuído conforme demonstrativo abaixo:



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ACIONISTAS	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA		
	R\$	Participação(%)	Quantidade
Centrais Elétricas Brasileiras S.A	4.610.171	100,00%	6.276.666.628

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 27 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	Consumidores (*)		Mwh (*)		R\$	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
	FORNECIMENTO					
Residencial	769.171	733.767	2.190.241	2.011.401	843.291	678.170
Industrial	3.028	3.082	1.670.261	1.786.509	470.767	418.943
Comércio, serviços e outras atividades	73.475	71.750	1.377.701	1.310.082	510.170	423.624
Rural	41.391	41.154	81.885	80.525	18.733	15.521
Poder Público	9.394	8.970	637.595	612.175	198.887	169.446
Iluminação Pública	664	663	168.079	166.097	36.274	31.376
Serviço Público	880	953	176.809	198.526	44.655	42.291
Energia Elétrica na CCEE	-	-	1.730.623	2.589.920	670.432	1.769.706
Não Faturado (a)	-	-	-	-	548	3.593
Total	898.003	860.339	8.033.194	8.755.235	2.793.757	3.552.670
OUTRAS RECEITAS						
Construção					281.451	389.912
CDE - Equilíbrio da Redução da Tarifa (b)					238.090	237.019
Ativos e Passivos regulatórios - OCPC 08					(949)	82.106
Outros					81.561	34.992
Total					600.153	744.029
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA					3.393.910	4.296.699
DEDUÇÕES						
ICMS					(379.560)	(306.691)
PIS					(61.544)	(62.139)
COFINS					(283.474)	(286.217)
ISS					10	(196)
CCC					-	(58)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(555)	-
P&D e PEE					(48.020)	(31.362)
Total					(773.143)	(686.663)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					2.620.767	3.610.036

(*) Informações não auditadas pelos Auditores Independentes

(**) Alguns itens incluídos na receita de fornecimento são isentos de ICMS.

O consumo próprio não está contemplado na quantidade de MWh gerado, assim como também no quantitativo de consumidores.

- a) A Renda Não Faturada - RNF contempla a energia vendida aos consumidores e que não é medida dentro do mesmo período. A mesma tem como objetivo demonstrar um complemento do período de competência da energia consumida e não medida, fato que ocorrerá no período subsequente. Seu cálculo é baseado no produto da multiplicação da

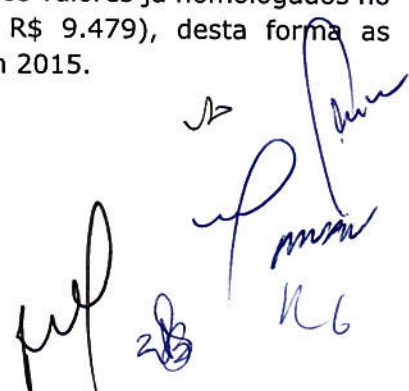
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

média diária do consumo faturado da unidade consumidora versus o número de dias não faturados.

- b) Refere-se ao registro de valores a receber de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 1.980, de 27 de outubro de 2015, no artigo 10, que estabelece que seja fixado o reembolso a ser repassado pela Eletrobras à AmE, a fim de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro em função da redução das tarifas das concessionárias de distribuição. Os valores são recebidos até o dia dez do mês subsequente ao da competência.

Em 2015, a Companhia alcançou receita líquida de R\$ 2.620.767, uma diminuição de 27,4% em relação ao exercício de 2014. Os principais impactos na receita operacional líquida foram os seguintes:

- i) **Fornecimento:** fornecimento de energia elétrica para 898.965 unidades consumidoras ativas, que consumiram 6.390 GWh em 2015 (1,8% maior que 2014) gerando um faturamento bruto de R\$ 2.123.325 (19% maior que 2014);
- ii) **Transações com Energia na CCEE:**
- Impacto negativo de R\$ 345.404 decorrente do processo de Recontabilização nº 2719 referente a dois pontos da SE Mauá III onde suas grandezas elétricas não estavam sendo medidas pela CCEE ocasionando um excedente de energia que foi liquidado ao PLD (setembro de 2014 a junho de 2015);
 - diminuição de 75% do preço de liquidação das diferenças (PLD) que passou de R\$ 890,00 R\$/MWh em 2014, para 220,00 R\$/MWh em 2015;
 - o aumento da participação da energia do SIN na matriz energética da Companhia, saindo de 7% em 2014, para 34% em 2015, restando menos energia a ser liquidada no ACR.
- iii) **Ativos e passivos regulatórios:**
- Decréscimo decorrente de reconhecimento de receita no montante de R\$ 51.971 (45,16% menor que 2014 R\$ 94.774); a amortização dos valores já homologados no montante de R\$ 52.921(458,29% maior que 2014 R\$ 9.479), desta forma as despesas foram superiores às receitas reconhecidas em 2015.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Segue abaixo abertura de Outros:

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Renda da prestação de serviço	11.150	7.057
Arrendamentos e aluguéis	7.316	10.255
Serviço taxado	2.002	3.202
Diversas receitas	61.093	14.478
Total	81.561	34.992

NOTA 28 - ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

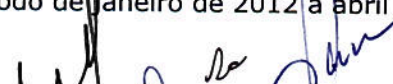
A Companhia, para atendimento aos seus consumidores, mantém contrato com diversas empresas, comprando energia de produtores independentes e por meio de leilões, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR conforme tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2015		31.12.2014	
	MWh *	R\$	MWh *	R\$
Breitener Tambaqui	539.889	(23.649)	530.916	(18.839)
Breitener Jaraqui	512.701	(23.017)	530.803	(19.079)
Companhia Energética Manauara	532.625	(18.045)	523.907	(15.343)
Rio Amazonas Energia	563.833	(22.750)	571.738	(18.783)
Amazonas Geração e Transmissão de Energia (i)	1.629.468	(193.435)	-	-
Geradora de Energia do Amazonas	523.745	(15.356)	531.732	(15.825)
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	8.692	-	6.192	(2.085)
BK Energia	31.742	(7.864)	37.595	(9.733)
Hermasa Navegação S/A	1.694	(258)	4.953	(550)
Diferença não paga pela CCC	-	-	-	-
Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) (ii)	1.730.622	(1.354.493)	2.999.908	(1.249.058)
Recuperação de despesa com EE	-	(167)	-	4.578
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	-	10.079	-	8.273
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	-	46.424	-	57.963
Compra de EE - custo com ICMS	-	(82.536)	-	(58.409)
Total	6.075.011	(1.685.067)	5.737.744	(1.336.890)

(*) Informações não auditadas pelos Auditores Independentes.

Houve um crescimento representativo dessa rubrica devido aos seguintes fatores:

- i) Com a desverticalização, ocorrida em 01/07/2015, os contratos de compra de energia com a AmGT passaram a ter sua eficácia com o fornecimento de 1.629.468 MWh de energia térmica gerada pelas usinas de matriz a gás de Aparecida e Mauá, além de UHE-Balbina, o valor apurado no período foi na ordem de R\$ 193.435.
- ii) Os contratos de compra de energia do ACR tiveram seus montantes acrescentados na ordem de 30,4%, saindo de 382,3 MW médios em 2014 para 498,6 MW médios em 2015; Nessa rubrica foi registrado também a neutralidade referente à receita excedente auferida com a comercialização de energia no Sistema Interligado Nacional - SIN no montante de R\$ 301.479, do período de janeiro de 2012 a abril de 2015.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 29 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Pessoal	(241.032)	(275.111)
Material	(33.584)	(36.496)
Serviço de terceiros	(143.291)	(136.957)
Total	(417.907)	(448.564)

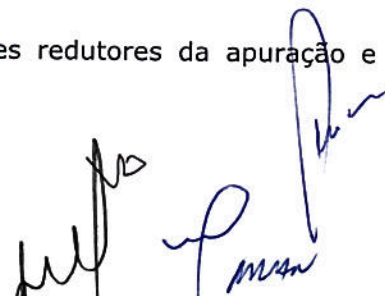
NOTA 30 - OUTROS

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Aluguéis (30.1)	(256.767)	(405.740)
Seguros	(2.616)	(3.587)
Tributos	(2.263)	(1.005)
Fator de Corte Regulatório (a)	(98.248)	-
Limite de Consumo Regulatório (b)	(192.431)	-
Recuperação PIS/COFINS	53.371	-
Outros Diversos	(6.704)	(9.598)
Total	(505.658)	(419.930)

O aumento da rubrica Outros foi decorrente, especialmente, dos seguintes fatos:

- Fator de corte de Perdas Regulatórias:** A partir da publicação do Despacho nº 1.583/15 de 18 maio de 2015, os reembolsos mensais da CCC passaram a sofrer o fator de corte de 4,8% referente as perdas regulatórias. Este índice foi aplicado nos reembolsos da competência de janeiro a dezembro de 2015 e registrado um montante de R\$ 192.431.
- Limite de Consumo Específico Regulatório:** A partir da publicação do Despacho nº 758/15, de 24 março de 2015, os valores correspondentes aos combustíveis consumidos acima dos limites estabelecidos foram compensados com os valores recebíveis da CCC, o montante registrado referente a essa transação é de R\$ 98.248.

O valor positivo no montante de R\$ 53.371 refere-se aos valores redutores da apuração e acumulação dos créditos de PIS/PASEP e da COFINS.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

30.1 - ALUGUÉIS

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Imóveis	(563)	(2.054)
Equipamentos e Veículos	-	(46)
Grupos Geradores	(280.180)	(442.236)
Subestações	(1.935)	(2.249)
Outros Bens	(6)	(62)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	4.623	7.297
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	21.294	33.610
Total	(256.767)	(405.740)

Redução da rubrica Aluguel Grupos Geradores em decorrência das transferências de ativos e conseqüentemente das respectivas UTE's, fato este que ocorreu com o processo de Desverticalização.

NOTA 31 - RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Despesas com vendas (31.1)	(235.947)	(106.789)
Despesas gerais e administrativas (31.2)	(359.793)	(307.946)
Outras receitas (despesas) operacionais (31.3)	155.793	735.411
Total	(439.947)	320.676






Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller initials below it.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 31.1 - DESPESAS COM VENDAS

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Pessoal	(29.282)	(29.473)
Material	(355)	(270)
Serviço de terceiros	(59.264)	(67.452)
Depreciação imobilizado	(2)	(4)
Provisão / Reversão para Crédito de Liquidação Duvidosa (a)	(64.352)	77.435
Perdas com clientes	(68.863)	(73.142)
Aluguéis	(198)	(400)
Outros	(13.631)	(13.483)
Total	(235.947)	(106.789)

- a) Em 2015 a inadimplência de consumidores foi de R\$ 168.700, 67% maior do que a registrada em 2014. O aumento da inadimplência foi motivado principalmente por: conjuntura econômica desfavorável e inclusão das bandeiras tarifárias. Maior evolução na inadimplência foi identificada nas classes residencial e comercial, outro fator que impactou foi a mudança de critério de constituição da PCLD, onde a Companhia alinhou à sua régua de cobranças.

Handwritten signatures and initials:



 MAN

Handwritten initials:
 NC


Handwritten signature:


**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 31.2 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Pessoal	(61.784)	(50.787)
Administradores	(1.381)	(1.039)
Material	(1.481)	(669)
Serviço de terceiros	(43.810)	(44.197)
Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	(12.144)	(12.901)
Aluguéis	(883)	(1.020)
Taxa de fiscalização	(2.000)	(4.418)
Provisões diversas	(3.214)	(29.275)
Provisão / reversão para contingências (a)	(33.368)	7.421
Provisão para perda de créditos tributários	(479)	(8.645)
Provisões - PIE's (b)	(21.814)	(53.875)
Provisão para perdas em estoque	(9.568)	(9.812)
Reversão da Provisão da Liquidação no Mercado de Curto Prazo	-	25.491
Empregados cedidos	(1.182)	(5.035)
Multas - ANEEL	(13.965)	(19.922)
PROINFA	(37.987)	(37.821)
Encargos de Uso da Rede Elétrica (c)	(95.902)	(53)
Outros (d)	(18.831)	(61.389)
Total	(359.793)	(307.946)

- a) Constituição de contencioso de R\$ 33.368 em função de ações de natureza trabalhista movidas por empregados do quadro próprio e de empresas prestadoras de serviços, entre as quais destacam-se: equiparação salarial R\$ 9.500, hora intrajornada, acúmulo de funções e PCR R\$ 10.600.
- b) Constituição de contencioso em função de ação de cobrança do PIE Manauara no valor de R\$ 21.814, referente a processo movido contra a Eletrobras por ser a garantidora do contrato.
- c) O incremento nesta rubrica deve-se ao reconhecimento de valores referentes às obrigações com as transmissoras a partir da operação comercial do Sistema Manaus.
- d) Neste montante R\$ 18.831, estão registrados as despesas administrativas como Seguros, Tributos, Recuperação de Despesas e Indenizações Judiciais entre outros. No exercício de 2014 foram realizadas baixas dos depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$ 35.930 referente a processos já liquidados, fato que não ocorreu neste exercício.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 31.3 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
<u>Outras Receitas</u>		
Diversas Receitas	2.855	1.779
	2.855	1.779
<u>Outras Despesas</u>		
Reversão para desvalorização do imobilizado (impairment) (a)	-	300.306
Reversão para desvalorização dos créditos tributários (impairment) (b)	-	83.148
Provisão para perdas na alienação de bens (Provisão) Reversão Creditos CIAP	8.196	-
Perda na desativação de bens e direitos	-	(21.575)
Valor Novo de Reposição - VNR (c)	151.141	374.581
Diversas Despesas	(6.399)	(2.828)
	152.938	733.632
Total	155.793	735.411

- a) O valor de R\$ 300.306 de reversão em 2014 refere-se à diferença entre o estorno de R\$ 405.556 do valor acumulado da provisão para impairment do exercício de 2013 e o registro do impairment da geração do exercício de 2014 no montante de R\$ 105.250. A Administração não identificou a necessidade de provisão para impairment em 2015;
- b) Refere-se ao estorno do impairment dos créditos tributários federais (PIS e COFINS);
- c) A variação negativa do ganho do VNR em 2015 foi em decorrência das alterações da taxa utilizada para correção dos valores da Base de Remuneração Regulatória - BRR, passando de IGP-M para IPCA(Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015), além disso, a transferência dos valores de ativos intangíveis e financeiros registrados nas contas de Distribuição em virtude da desverticalização, reduziu a Base de Remuneração Regulatória - BRR . Assim, após a realização dos cálculos, a Companhia apurou um ganho no VNR 2015 de R\$ 151.141 resultado de um VNR positivo de R\$ 32.100 e um estorno do valor negativo de R\$ 119.041 apurado em 2014 (Em 2014 apesar da perda de R\$ 119.041, a Companhia estornou um montante de R\$ 493.622 de 2013 resultando em um ganho de R\$ 374.851).

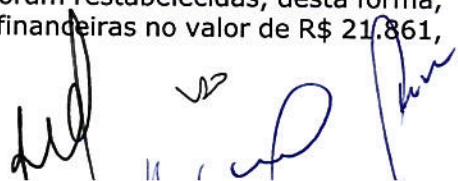


**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 32 - RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Receitas Financeiras		
Acréscimo moratório sobre energia vendida	55.093	42.334
Variação monetária ativa	19.507	932
Multa s/ Fomec. e Suprimento de Energia	28.975	47.617
Juros e Multas (a)	699.469	150.441
Ganho de avaliação atuarial	1.617	1.191
Rendas s/ Aplicações Financeiras	8.689	4.978
Contribuições s/ Receita Financeira PIS/COFINS (c)	(21.861)	-
Diversas Receitas Financeiras	13.699	38.572
	805.188	286.065
Despesas Financeiras		
Variação monetária passiva	(3.915)	(7)
Perda de avaliação atuarial	(295)	(555)
Encargos de dívidas	(232.506)	(232.547)
Encargos de arrendamento financeiro	(273.391)	(279.717)
Juros e Multas	(118.871)	(101.739)
Atualização dos fornecedores - CCC (b)	(1.410.532)	(765.432)
Reversão atualização monetária PIS e COFINS (d)	126.091	-
Diversas Despesas Financeiras	(102.363)	(124.510)
	(2.015.782)	(1.504.507)
Total	(1.210.594)	(1.218.442)

- a) Aumento, especialmente, em função da atualização monetária, no valor de R\$ 683.005, do Direito a Receber da CCC (Vide Nota 10, "b"). Os Contratos de Confissão de Dívidas - CCD celebrados em dezembro de 2014, cuja parcela não garantida pelo Fundo CDE está sendo suportada pelo caixa da Companhia, com a atualização da dívida pela taxa SELIC. Destacamos que a parte garantida pela CDE está sendo atualizada pela SELIC, neutralizando a parcela correspondente da dívida com a BR Distribuidora/Petrobras.
- b) O aumento substancial no exercício de 2015, quando comparado ao mesmo período de 2014, destaca-se pelos encargos decorrentes dos três parcelamentos com a Petrobras, pelos encargos da dívida corrente de R\$ 1.582.553 com a BR Distribuidora/Petrobras formada a partir de dez/14 e pelo reconhecimento de dívida no montante R\$ 264.700 de encargos devidos a Companhia de Gás do Amazonas - Cigas, em virtude da aplicação de nova metodologia de cálculo. (vide Nota 18).
- c) De acordo com o Decreto nº 8.426 de 1º de Abril de 2015, as alíquotas das Contribuições de PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras foram restabelecidas, desta forma, efetuamos a apuração do PIS e COFINS sobre receitas financeiras no valor de R\$ 21.861, redutora das receitas financeiras.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- d) Nesta Rubrica foi registrado um montante positivo de R\$ 126.091 referente a reversão da atualização monetária de PIS e COFINS pago pelo fundo CCC DE 2004 a 2008. (vide Nota 10, "c")

NOTA 33 - RESULTADO PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Investimento Participações Societária (nota 13)	(243.206)	5.125
Ganhos com Participação Societária	1.884	-
Total	(241.322)	5.125

NOTA 34 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

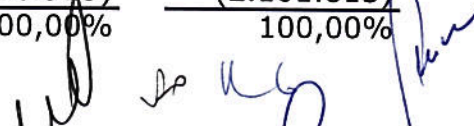
34.1 GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Total dos empréstimos	(1.327.166)	(2.164.419)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	68.251	62.606
Dívida líquida	(1.258.915)	(2.101.813)
(+) Patrimônio líquido	-	-
Total do capital	(1.258.915)	(2.101.813)
Índice de alavancagem financeira - %	100,00%	100,00%



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

34.2 CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

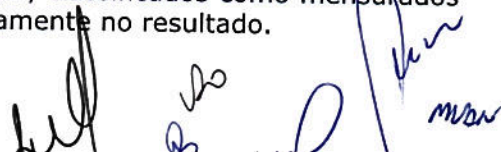
Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a hierarquia para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros, conforme segue:

<u>ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)</u>	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixas e equivalentes de caixas	68.251	68.251	62.606	62.606
Empréstimos e recebíveis				
Clientes	542.196	542.196	514.837	514.837
Direitos de ressarcimento	6.162.351	6.162.351	5.482.569	5.482.569
Ativo Financeiro	514.549	514.549	579.971	579.971
	<u>6.704.547</u>	<u>6.704.547</u>	<u>5.997.406</u>	<u>5.997.406</u>
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	117.122	117.122	131.715	131.715
	<u>117.122</u>	<u>117.122</u>	<u>131.715</u>	<u>131.715</u>
Disponível para venda				
Ativo financeiro - concessões de serviço público	1.941.014	1.941.014	3.024.112	3.024.112
Investimentos em Participações Societárias	241.541	241.541	241.541	241.541
	<u>2.182.555</u>	<u>2.182.555</u>	<u>3.265.653</u>	<u>3.265.653</u>
 <u>PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)</u>				
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos	1.327.166	1.327.166	2.164.419	2.164.419
Fornecedores	12.816.846	12.816.846	9.766.531	9.766.531
Arrendamento mercantil	1.252.155	1.252.155	1.326.660	1.326.660
Obrigações de ressarcimento	2.150.827	2.150.827	2.208.959	2.208.959
Passivo Financeiro	19.288	19.288	292	292
	<u>17.566.282</u>	<u>17.566.282</u>	<u>15.466.569</u>	<u>15.466.569</u>

34.2.1 - Ativos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Títulos e Valores Mobiliários -TVM** - Corresponde às aplicações financeiras mantidas em fundo de investimento, conforme regulamentação em vigor, classificados como mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.



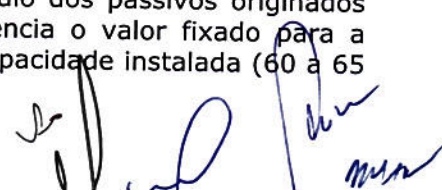
**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- **Clientes** - São registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos
- **Ativo Financeiro Concessão** - São ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como disponíveis para venda.
- **Direito de Ressarcimento** - São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como empréstimos e recebíveis.
- **Ativo Financeiro- CVA** - refere-se as variações positivas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.
- **Investimentos em Participações Societárias** - refere-se a investimentos permanentes em outras sociedades, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

34.2.2 - Passivos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Fornecedores** - São mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- **Empréstimos**- O principal objetivo deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os investimentos em projetos de expansão da Companhia, assim como também gerenciar as necessidades de seu fluxo de caixa, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e o ajuste econômico-financeiro da concessionária. Destaca-se nesse contexto os contratos de empréstimos captados diretamente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, cujas contabilizações estão registradas pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou com taxas pré-fixadas.
- **Arrendamento mercantil** - O valor nominal utilizado no cálculo dos passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potência mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- **Obrigações de ressarcimento** - referem-se aos valores de adiantamentos e tributos (ICMS, PIS e COFINS) a serem devolvidos ao Fundo CCC.
- **Passivo Financeiro- CVA** - refere-se as variações negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

34.3 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

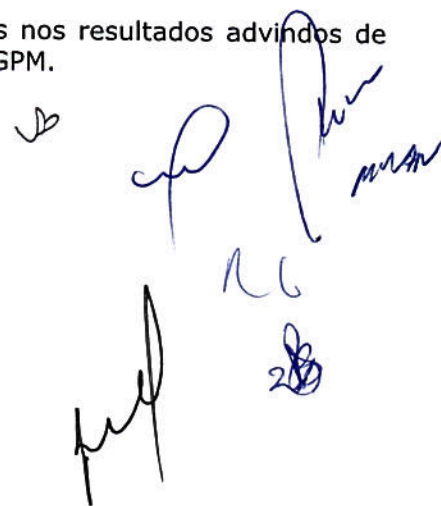
34.3.1 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a empréstimos.

Este risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

- **Análise de Sensibilidade**

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, dos indexadores CDI e IGPM.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

		Efeito no resultado - receita (despesa)			
		Saldo em 31/12/2015	Cenário I - Provável 2015	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
CDI	Empréstimos Obtidos	1.327.166	(202.393)	(252.991)	(303.589)
	Impacto no resultado - CDI		(202.393)	(252.991)	(303.589)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.252.155	(82.392)	(102.990)	(123.588)
	Impacto no resultado - IGPM		(82.392)	(102.990)	(123.588)
IMPACTO NO RESULTADO - APRECIÇÃO DOS INDICES			(284.785)	(355.981)	(427.177)
(¹) Premissas adotadas:			Provável	25%	50%
	CDI		15,25%	19,06%	22,88%
	IGPM		6,58%	8,23%	9,87%

34.3.2 - Risco de crédito

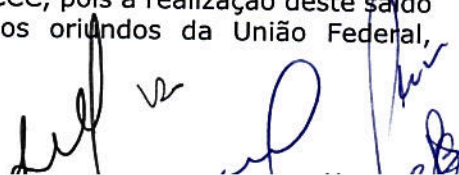
A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, bem como no acompanhamento dos prazos concedidos. São procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber de clientes.

A Companhia não realiza análise de crédito previamente ao início do fornecimento de energia, pois como distribuidora de energia elétrica, é regida por contrato de concessão, bem como pela regulamentação do setor elétrico e obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão.

Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de:

- i. programas de renegociação dos débitos pendentes;
- ii. negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito;
- iii. suspensão do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente;
- iv. contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso e
- v. cobrança judicial.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia está exposta ao risco de crédito no montante de R\$ 1.335.40 referente ao saldo não repactuado do reembolso da CCC, pois a realização deste saldo depende, em última instância, de transferência de recursos oriundos da União Federal, controladora final da Companhia.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

34.3.3 - Risco de liquidez

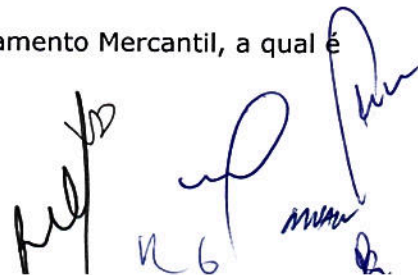
É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descompasso de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Os eventuais saldos de caixa auferidos pela Companhia, além dos programados para administração do capital circulante, são transferidos para contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos dentro das limitações legais que requer a concessão, com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Abaixo, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

31.12.2015				
<u>PASSIVOS FINANCEIROS</u> <u>(Circulante/Não Circulante)</u>	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos	141.777	232.625	606.517	346.248
Fornecedores	4.887.941	1.671.306	2.969.754	3.007.066
Arrendamento mercantil	132.972	265.944	398.917	454.322
Obrigações de ressarcimento	-	-	-	2.150.827
Obrigações estimadas	32.632	-	-	-
31.12.2014				
<u>PASSIVOS FINANCEIROS</u> <u>(Circulante/Não Circulante)</u>	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos	646.856	237.850	558.955	720.758
Fornecedores	2.439.763	1.933.134	2.304.544	3.089.090
Arrendamento mercantil	74.507	82.649	306.210	863.294
Obrigações de ressarcimento	-	2.208.958	-	-
Obrigações estimadas	58.707	-	-	-

Os fluxos não são descontados, exceto pela rubrica de Arrendamento Mercantil, a qual é descontada a valor presente, conforme nota 20.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

34.4 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a PCLD, e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	31.12.2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	117.122	-	-
Disponíveis para venda			
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	1.941.014	-
	31.12.2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e Valores Mobiliários - TVM	131.715	-	-
Disponíveis para venda			
Ativo financeiro - concessões de serviço público	-	3.024.112	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

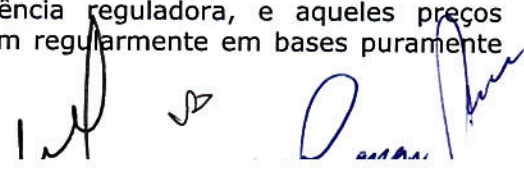
Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor,

grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1 e são classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

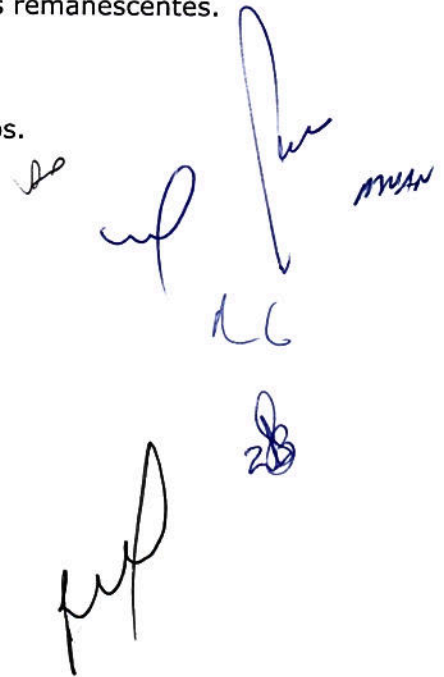
Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

34.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

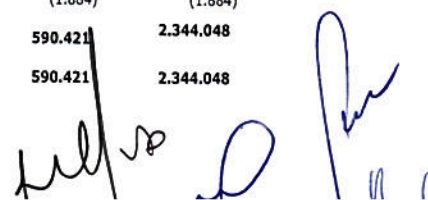
A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 35 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

RESULTADO POR SEGMENTO		31.12.2015				
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA						
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	-	(1.510.554)	(1.425.932)	(457.423)	(3.393.909)	
Fornecimento de energia elétrica	-	(784.132)	(1.109.632)	(210.700)	(2.104.464)	
Energia elétrica de curto prazo	-	(670.432)	-	-	(670.432)	
Receita de Construção	-	(55.645)	-	(225.806)	(281.451)	
Ativos e Passivos Regulatórios - OCPC 08	-	-	(17.912)	-	(17.912)	
Outras receitas operacionais	-	(345)	(298.388)	(20.917)	(319.650)	
(-) DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-	134.457	602.716	35.970	773.143	
(-) TRIBUTOS	-	122.452	569.126	33.000	724.578	
ICMS	-	122.452	224.108	33.000	379.560	
PIS / PASEP / COFINS	-	-	345.018	-	345.018	
(-) Encargos setoriais	-	12.005	33.590	2.980	48.575	
(-) Outros - Inclusive ISS	-	-	-	(10)	(10)	
TOTAL RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	(1.376.097)	(823.216)	(421.453)	(2.620.766)	
DESPESAS OPERACIONAIS						
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL	
PESSOAL / MATERIAL / SERVIÇOS	-	202.911	105.076	307.277	615.264	
Pessoal	-	130.539	38.555	164.385	333.479	
Material	-	27.474	605	7.340	35.419	
Serviços de terceiros	-	44.898	65.916	135.552	246.366	
Energia Comprada P/ Revenda	-	-	1.685.067	-	1.685.067	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	95.902	-	95.902	
DESPESAS DE CONSTRUÇÃO	-	55.645	-	225.806	281.451	
DISTRIBUIÇÃO	-	-	-	225.806	225.806	
GERAÇÃO	-	55.645	-	-	55.645	
Combustível P/ Produção de Energia Elétrica - C.C.C	-	3.828.978	-	-	3.828.978	
(-) Recuperação de Despesas - Subvenção Recebida -	-	(3.798.015)	-	-	(3.798.015)	
Compensação Financeira P/ Utilização Recursos Hídricos	-	4.200	-	-	4.200	
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-	74.345	1.859	83.648	159.852	
Depreciação	-	66.791	1.291	4.336	72.418	
Amortização	-	7.554	568	79.312	87.434	
Provisões operacionais	-	6.522	163.569	37.336	207.427	
Outras despesas operacionais	-	462.750	55.280	(85.256)	432.774	
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	837.336	2.106.753	568.811	3.512.900	
RESULTADO OPERACIONAL	-	(538.761)	1.283.537	147.358	892.134	
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS						
	ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL	
Renda de aplicações financeiras	(8.689)	-	-	-	(8.689)	
Encargos de Dívidas	-	42.684	-	189.822	232.506	
Encargos - Leasing	-	273.391	-	-	273.391	
ACRÉSCIMO MORATÓRIO	-	(3.439)	(51.654)	-	(55.093)	
Sobre Energia Vendida	-	(3.439)	(51.654)	-	(55.093)	
Sobre Energia Comprada	-	-	-	-	-	
Variações monetárias líquidas	-	(15.763)	(3.535)	3.704	(15.594)	
Atualização do ativo regulatório - OCPC08	-	-	(4.156)	-	(4.156)	
Atualização do passivo regulatório	-	-	2.847	-	2.847	
Outras receitas financeiras	8.689	(703.640)	(8.671)	(14.121)	(717.743)	
Outras despesas financeiras	-	1.425.435	55.352	22.336	1.503.123	
RESULTADO FINANCEIRO	-	1.018.668	(9.817)	201.741	1.210.592	
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	479.907	1.273.720	349.099	2.102.726	
RESULTADO INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	241.322	241.322	
	-	-	-	243.206	243.206	
	-	-	-	(1.884)	(1.884)	
RESULTADO OPERACIONAL APÓS PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	-	479.907	1.273.720	590.421	2.344.048	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	-	479.907	1.273.720	590.421	2.344.048	



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

RESULTADO POR SEGMENTO		31.12.2014				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		-	2.924.381	691.792	680.526	4.296.699
Fornecimento de energia elétrica		-	1.093.805	350.242	338.917	1.782.964
Energia elétrica de curto prazo		-	1.769.706	-	-	1.769.706
Receita de Construção		-	60.797	-	329.115	389.912
Outras receitas operacionais		-	73	341.550	12.494	354.117
(-) DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		-	(238.351)	(372.527)	(75.785)	(686.663)
(-) TRIBUTOS		-	(219.174)	(366.346)	(69.527)	(655.047)
ICMS		-	(219.174)	(17.990)	(69.527)	(306.691)
PIS / PASEP / COFINS		-	-	(348.356)	-	(348.356)
(-) Encargos setoriais		-	(19.177)	(6.181)	(6.062)	(31.420)
(-) Outros - Inclusive ISS		-	-	-	(196)	(196)
TOTAL RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	2.686.030	319.265	604.741	3.610.036
DESPESAS OPERACIONAIS		ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
PESSOAL / MATERIAL / SERVIÇOS		-	(282.810)	(107.692)	(251.950)	(642.452)
Pessoal		-	(177.138)	(35.468)	(143.805)	(356.411)
Material		-	(29.431)	(343)	(7.661)	(37.435)
Serviços de terceiros		-	(76.241)	(71.881)	(100.484)	(248.606)
Energia Comprada P/ Revenda		-	-	(1.336.890)	-	(1.336.890)
Encargos de Uso da Rede Elétrica		-	(53)	-	-	(53)
DESPESAS DE CONSTRUÇÃO		-	(60.797)	-	(329.115)	(389.912)
DISTRIBUIÇÃO		-	(60.797)	-	(329.115)	(389.912)
Combustível P/ Produção de Energia Elétrica - C.C.C		-	(4.354.645)	-	-	(4.354.645)
(-) Recuperação de Despesas - Subvenção Recebida - C.C.C.		-	4.165.664	-	-	4.165.664
Compensação Financeira P/ Utilização Recursos Hídricos		-	(7.197)	-	-	(7.197)
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO		-	(129.647)	(1.383)	(150.530)	(281.560)
Depreciação		-	(72.801)	(939)	(5.616)	(79.356)
Amortização		-	(56.846)	(444)	(144.914)	(202.204)
Provisões operacionais		-	(16.673)	(25.368)	361.094	319.053
Outras despesas operacionais		-	(333.797)	(57.193)	179.529	(211.461)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		-	(1.019.955)	(1.528.526)	(190.972)	(2.739.453)
RESULTADO OPERACIONAL		-	1.666.075	(1.209.261)	413.769	870.583
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		ADMINISTRAÇÃO	GERAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
Renda de aplicações financeiras		4.978	-	-	-	4.978
Encargos de Dívidas		-	(96.447)	-	-	(96.447)
Encargos - Leasing		-	(279.717)	-	(136.100)	(415.817)
ACRÉSCIMO MORATÓRIO		-	-	42.334	-	42.334
Sobre Energia Vendida		-	-	42.334	-	42.334
Sobre Energia Comprada		-	-	-	-	-
Variações monetárias líquidas		-	(341)	-	-	(341)
Outras receitas financeiras		(4.581)	221.814	13.133	7.456	237.822
Outras despesas financeiras		-	(911.797)	(55.181)	(25.259)	(992.237)
RESULTADO FINANCEIRO		397	(1.066.488)	1.552	(153.903)	(1.218.442)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		397	599.587	(1.207.709)	259.866	(347.859)
RESULTADO INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		5.125	-	-	-	5.125
RESULTADO OPERACIONAL APÓS PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA		5.522	599.587	(1.207.709)	259.866	(342.734)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		5.522	599.587	(1.207.709)	259.866	(342.734)

[Handwritten signatures and initials]

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 36 - COBERTURA DE SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

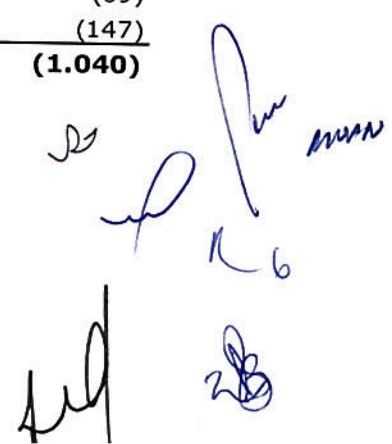
Seguradora	DESCRIÇÃO		IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA		
Tokio Marine	Engenharia	13/10/2015 a 13/10/2016	101.924	455
Tokio Marine	Engenharia	17/09/2015 a 17/09/2016	169.986	300
Pan Seguros	Vida	30/11/2015 a 29/11/2016	1749 Vidas	1.584

As apólices de seguros oferecem cobertura aos riscos de engenharia e de incêndio sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco. A responsabilidade da seguradora ficará limitada, em cada acidente, ao limite máximo de indenização, único para todas as instalações e localidades (maquinário, usinas hidrelétricas e termelétricas, equipamentos, turbinas, geradores, caldeiras, transformadores, aparelhos elétricos e equipamentos de processamento de dados).

NOTA 37 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL - Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos. O gasto total com a remuneração de 2015 e 2014 está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2015	31.12.2014
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	(877)	(617)
Encargos Sociais	(252)	(207)
Benefícios	(116)	(69)
Outros	(136)	(147)
Total	(1.381)	(1.040)



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 38 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares aos concedidos Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo Plano BD - Benefício Definido e outro do tipo Plano CD - Contribuição Definida.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela PREVINORTE.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) - Plano 02-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2015, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 4.270 (2014 - R\$5.489).

b) Plano de Benefício Definido (BD) - Plano 02- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes. Adicionalmente, compreende os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

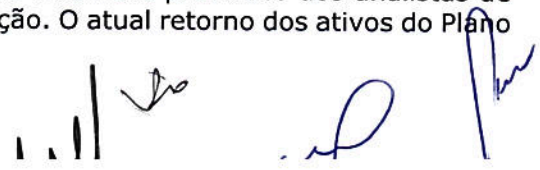
DADOS POPULACIONAIS	2015	2014
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	21	34
1.2. Idade Média	55,95	54,81
1.3 Salário Médio em R\$	10.934,53	9.636,78
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	17	18
2.2. Idade Média	65,06	64,91
2.3. Benefício Médio em R\$	2.430,44	2.462,71
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	7	6
3.2. Benefício Médio em R\$	1.333,56	963,79
População Total	45	58

38.1 Efeitos dos Planos BD

38.2 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
	2015	2014
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	13,27%	12,25%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,36%	6,18%
Projeção de aumento médio dos salários	7,61%	7,83%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,50%	5,72%
Taxa média de inflação anual	5,50%	5,72%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	13,27%	12,25%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 BASIC M	AT-83 BASIC F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 DES 2 anos	AT-49 DES 2 anos
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R\$ 2.123 (2014 - R\$3.851).



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(i) Taxa de juros de longo prazo

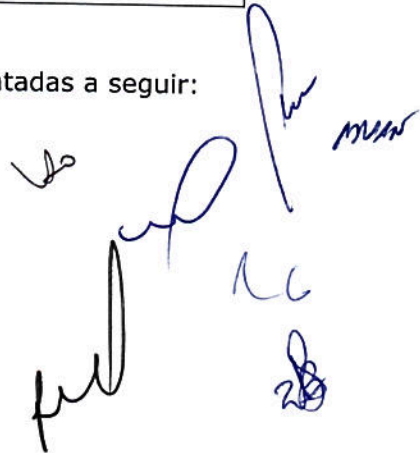
A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

38.2.1. Planos de benefícios em 31 de dezembro

O plano de benefício normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos crédito de depósitos privados e fundo de investimentos, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

A conciliação dos passivos dos planos de benefícios estão apresentadas a seguir:

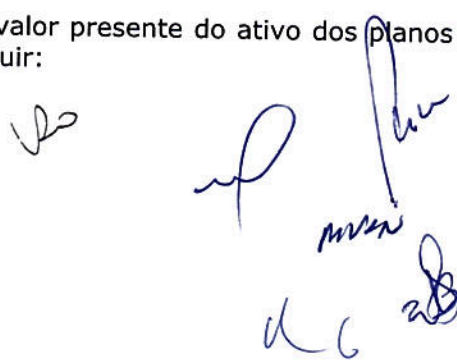


**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Planos de benefícios definidos definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	19.986	28.005
Valor justo dos ativos do plano (-)	(22.635)	(27.557)
Passivo (Ativo) Líquido	<u>(2.648)</u>	<u>448</u>
Efeito da restrição sobre o ativo	<u>2.648</u>	-
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	<u>-</u>	<u>448</u>
Custo do serviço corrente líquido	111	310
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(9)	104
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	<u>103</u>	<u>414</u>

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente estão apresentadas a seguir:




**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Descritivo	2015	2014
Alterações nas obrigações		
Valor das obrigações atuarias no início do exercício	28.005	24.810
Transferência Desverticalização Amazonas GT	(7.403)	-
Valor das obrigações atuarias em 1º de julho de 2015	20.602	24.810
Custo de serviços corrente	424	693
Custo de juros	2.456	2.969
Benefícios pagos	(654)	(655)
<i>(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração</i>	(2.842)	188
<i>(Ganhos) perdas atuarias decorrentes de mudanças de premissas demográficas</i>	(547)	494
<i>(Ganhos) perdas atuarias decorrentes de mudanças de premissas financeiras</i>	(1.986)	824
<i>(Ganhos) perdas atuarias decorrentes de ajustes pela experiência</i>	(309)	(1.130)
Valor presente das obrigações atuarias ao final do ano	19.987	28.005
Alterações nos ativos financeiros	2015	2014
Valor justo dos ativos no início do exercício	27.557	23.447
Transferência Desverticalização Amazonas GT	(7.286)	-
Valor justo dos ativos em 1º de julho de 2015	20.271	23.447
Receita de Juros	2.465	2.865
Contribuições patronais	583	530
Contribuições de participantes do plano	312	384
Benefícios pagos / adiantados	(654)	(655)
<i>Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração</i>	(342)	986
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(342)	986
Valor justo dos ativos no fim do exercício	22.635	27.557

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Categoria de Ativo	2015	2014
Disponível	1	3
Realizável	645	707
Investimentos em Títulos Públicos	14.991	9.381
Créditos de Depósitos Privados	2.320	5.678
Fundos de Investimentos	3.059	9.574
Investimentos em Renda Variável	1.180	1.560
Investimentos Imobiliários	452	656
Empréstimos e Financiamentos	500	588
Outros	(4)	(5)
(-) Exigível Operacional	(41)	(40)
(-) Exigíveis de Investimentos	(467)	-
(-) Fundo Administrativo	-	(545)
Total dos Ativos Garantidos	22.635	27.557



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the initials 'R6' and 'MAB'.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

38.2.2. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA)	31/12/2015	31/12/2014
Programa Previdenciário	877	1.598
Descritivo	2015	2014
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício		
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	547	(494)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	1.986	(824)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	309	1.130
Retorno sobre ativos do plano	(342)	986
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(2.648)	-
Transferência Desverticalização Amazonas GT	870	-
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	721	798

38.3. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 615 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

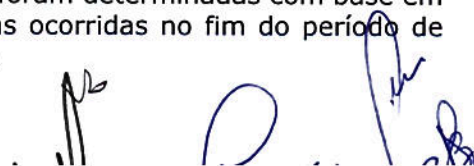
A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 10,75 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015 Programa Previdenciário	1.349	1.426	4.933	43.043	50.751
Em 31 de dezembro de 2014 Programa Previdenciário	1.256	1.489	5.445	60.705	68.895

38.4. Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 483 (aumento de R\$ 503).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 293 (redução de R\$ 306).

NOTA 39 - PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a compra de energia elétrica, operações de empréstimos, etc. As transações são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas.

✓


**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	31.12.2015			31.12.2014		31.12.2014
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Poder Público Federal	Consumidores e revendedores	12.013	-	50.282	9.761	-	43.716
Eletrobras	Empréstimos e financiamentos	156	1.327.166	(236.211)	-	2.164.419	(232.547)
Eletrobras	Provisão - PIE´s - EL PASO	-	-	-	-	335.516	-
Eletrobras	Provisão - Demais PIE´s	-	122.982	-	-	84.339	-
Eletrobras	Diversos	463	4.137	-	-	-	-
Eletronorte	Cessão de funcionários	-	-	-	-	936	-
Eletronorte	Participação societária	10.997	-	-	10.996	-	-
Eletronorte	Sistema de Transmissão	-	15.832	-	-	31.352	-
Eletronorte	Diversos	1.967	-	-	-	-	-
CHESF	Cessão de funcionários	43	-	-	-	-	-
CHESF	Sistema de Transmissão	-	70	-	-	-	-
AmGT	Participação societária	193.545	-	-	10	-	-
AmGT	Gastos Pré- Operacionais	149.955	-	-	-	-	-
AmGT	Diversos	80.683	-	-	-	-	-
AmGT	Compra de Combustível	131.720	-	-	-	-	-
AmGT	Gastos com Pessoal	65.329	-	-	-	-	-
Ceal	TV Corporativa	589	-	-	-	-	-
Ceal	Cessão de funcionários	203	-	-	-	-	-
Cepisa	Diversos	926	-	-	-	-	-
Cepisa	Cessão de funcionários	114	-	-	-	-	-
Ceron	Aquisição de grupos geradores	-	1.387	-	-	1.387	-
Ceron	Diversos	388	-	-	-	346	-
Ceron	Leilão a devolver	-	-	-	-	15	-
Boa Vista Energia	Cessão de funcionários	-	1.289	-	-	1.288	-
Boa Vista Energia	Diversos	454	-	-	-	5	-
Eletoacre	Diversos	200	-	-	-	-	-
Eletoacre	Energia Comprada	-	2.258	-	-	2.258	(2.085)
AmGT	Energia Comprada	-	118.116	(193.435)	-	-	-
AmGT	Repasse CCEE	-	162.304	-	-	-	-
Eletoacre	Leilão a devolver	-	-	-	-	4	-
Eletrosul	Sistema de Transmissão	-	3.437	-	-	-	-
Furnas	Sistema de Transmissão	-	84	-	-	-	-
Total		649.745	1.759.062	(379.364)	20.767	2.621.865	(190.916)

vo

Handwritten signatures and initials, including "musa" and "2015".



Distribuição Amazonas

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Manaus - AM, 30 de março de 2016.

ANTÔNIO CARLOS FARIA DE PAIVA

Diretor Presidente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS SILVEIRA

Diretor Financeiro

**RENATO DE OLIVEIRA
GUERREIRO**

Diretor de Gestão

**ANDRESSA HEINRICH BARBOSA DE
OLIVEIRA NORONHA**

Diretora Comercial

**MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA
NOGUEIRA**

Diretor de Planejamento e Expansão

**PAULO EDUARDO
GAMA MACIEL**

Diretor de Operação da Capital

**JOSÉ FRANCISCO ALBUQUERQUE
DA ROCHA**

Diretor de Operação do Interior

VIVIANE BRANDÃO DE SOUZA MARTINS

Contadora - CRC - AM 010815/O-8